

Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

Direito



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Antônio Luiz da Silva Laginestra
Presidente

Jorge Farah
Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva
Secretário

José Luiz da Rosa Ponte
Kival Simão Arbex
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa
Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes
Direção Geral

Michele Mendes Hiath Silva
Direção de Planejamento

Solange Soares Diaz Horta
Direção Administrativa

Fillipe Ponciano Ferreira
Direção Jurídica

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO

Verônica Santos Albuquerque
Reitora

Roberta Montello Amaral
Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Mariana Beatriz Arcuri
Direção Acadêmica de Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim
Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
Direção de Educação a Distância

HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa
Direção Geral

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro
Direção

CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – CCFP

Edenise da Silva Antas
Direção

Copyright© 2024
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Roberta Montello Amaral (Presidente)
Anderson Marques Duarte (Coordenador Editorial)

Conselho Editorial e Deliberativo

Roberta Montello Amaral
Mariana Beatriz Arcuri
Verônica dos Santos Albuquerque
Vivian Telles Paim

Assistente Editorial

Matheus Moreira Nogueira

Revisor

Anderson Marques Duarte

Formatação

Matheus Moreira Nogueira

Capa

Gerência de Comunicação

C389 Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Cadernos de questões comentadas do Teste de Progresso : Direito / Centro
Universitário Serra dos Órgãos. -- Teresópolis: UNIFESO, 2024.
59 p. : il. color.

1. Teste de Progresso. 2. Avaliação do Desempenho Discente. 3. Direito.
I. Título.

CDD 378.8153

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, n° 111
Alto - Teresópolis - RJ - CEP: 25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1ª QUESTÃO	6
2ª QUESTÃO	8
3ª QUESTÃO	9
4ª QUESTÃO	10
5ª QUESTÃO	11
6ª QUESTÃO	12
7ª QUESTÃO	13
8ª QUESTÃO	14
9ª QUESTÃO	15
10ª QUESTÃO	16
11ª QUESTÃO	17
12ª QUESTÃO	18
13ª QUESTÃO	19
14ª QUESTÃO	20
15ª QUESTÃO	21
16ª QUESTÃO	22
17ª QUESTÃO	23
18ª QUESTÃO	24
19ª QUESTÃO	25
20ª QUESTÃO	26
21ª QUESTÃO	28
22ª QUESTÃO	29
23ª QUESTÃO	30
24ª QUESTÃO	31
25ª QUESTÃO	32
26ª QUESTÃO	33
27ª QUESTÃO	34
28ª QUESTÃO	35
29ª QUESTÃO	36
30ª QUESTÃO	37
31ª QUESTÃO	39
32ª QUESTÃO	40
33ª QUESTÃO	41
34ª QUESTÃO	42
35ª QUESTÃO	43
36ª QUESTÃO	44
37ª QUESTÃO	45
38ª QUESTÃO	46
39ª QUESTÃO	47
40ª QUESTÃO	48
41ª QUESTÃO	49
42ª QUESTÃO	50
43ª QUESTÃO	51
44ª QUESTÃO	52
45ª QUESTÃO	53
46ª QUESTÃO	54
47ª QUESTÃO	55
48ª QUESTÃO	56
49ª QUESTÃO	57
50ª QUESTÃO	59

APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso consiste em um instrumento avaliativo que foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil sua primeira aplicação se deu em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de Graduação em Ciências da Computação, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a complexidade das questões para todos os períodos. São cinquenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e quarenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso e fundamentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O Teste de Progresso permite que seja avaliada a evolução do estudante, bem como das turmas, ao longo do curso. Serve também como alicerce para constantes reavaliações curriculares e dos processos avaliativos aplicados, favorecendo a elaboração de novas estratégias, quando necessário. Sendo assim, podemos considerá-lo um instrumento fundamental para a garantia de uma auto-avaliação pelos discentes e pelo curso como um todo.

AUTORES

Caio Márcio Gutterres Taranto
Carla Ferreira Gonçalves
Carlos Henrique Ramos
Claudia Aguiar Silva Brito
Débora Lubrano de Mendonça
Erika Kubik da Costa Pinto
Felipe Cavaliere Tavares
Fernando Rangel Alvarez dos Santos
Gisele Alves de Lima Silva
Joaquim Humberto Coelho de Oliveira
Josimar Domingues Teixeira
Lucas Baffi Ferreira Pinto
Paula Maira da Rocha Caldeira e Sousa
Paulo Cruz da Silva Junior
Raphael Vieira da Fonseca Rocha
Raphaella Magnino Rosa Portilho
Ricardo Pereira de Sousa Lobato
Tainah Simões Sales Thiago
Tatiana Constâncio Silva

	PRESENCIAL		NOTA FINAL
	CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO		
	Aluno:		
	Componente Curricular: CONHECIMENTOS GERAIS e CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
	Professor (es):		
Período: 202401	Turma:	Data: 28/05/2024	

TESTE DE PROGRESSO 2024 - DIREITO**RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA 06765 - CADERNO 001****1ª QUESTÃO****Enunciado:****Bendita seja a minha avó***Júlio César Machado Zeferino*

Benditos sejam os meus ancestrais
que brutalmente foram retirados de suas terras
e escravizados neste país.

Benditos sejam, eu repito,
aqueles cujo sangue foi derramado
pelo chicote do homem branco,
e com seus saberes
construíram as Minas Gerais.

Bendita seja a minha bisavó,
que serva de uma fazenda,
sem oportunidades,
teve pouco para criar seus filhos.

Benditos sejam os meus ancestrais,
que em pias foram batizados em nome de um deus
e de um povo oco,
mas com mãos cheias de genocídio.

Benditas sejam as mulheres pretas,
que saem de casa às 5h da manhã,
límpam e lavam a casa da madame
e sozinhas, criam seus filhos.

Bendita seja a minha mãe
e todas as mulheres do mundo
e todas as deusas do mundo
e não o cristo europeu, personificado no corpo branco.
Louvada seja toda a luta de cada mulher,
cujo choro ninguém vê,
cujo cansaço ninguém vê,
e isso não incomoda. Se liga, deveria!

Bendita seja a minha vó, e não os deuses
que em seus paraísos repousam sobre o ócio eterno,
e não precisam suar para pagar o aluguel no início de cada
mês.

O poema “Bendita seja a minha avó”, de Júlio César Machado Zeferino, ressalta as dificuldades vivenciadas pela população negra no Brasil – em especial as mulheres - desde a época da escravidão até os dias atuais. Assinale a alternativa em que o poema aborda a questão da destruição da memória cultural e religiosa dos escravizados:

Alternativas:

(alternativa A)

“Bendita seja a minha bisavó,
que serva de uma fazenda,
sem oportunidades,
teve pouco para criar seus filhos”.

(alternativa B)

“Benditas sejam as mulheres pretas,
que saem de casa às 5h da manhã,
limpam e lavam a casa da madame
e sozinhas, criam seus filhos”.

(alternativa C)

“Bendita seja a minha vó,
e não os deuses
que em seus paraísos repousam sobre o ócio eterno,
e não precisam suar para pagar o aluguel no início de cada
mês”.

(alternativa D) (CORRETA)

“Benditos sejam os meus ancestrais,
que em pias foram batizados em nome de um deus
e de um povo oco,
mas com mãos cheias de genocídio”.

(alternativa E)

“Benditos sejam, eu repito,
aqueles cujo sangue foi derramado
pelo chicote do homem branco,
e com seus saberes
construíram as Minas Gerais”.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

Os povos escravizados passaram por diversos processos de destruição da sua cultura e religiosidade, sendo que um dos grandes exemplos dessa violência moral foi o batismo forçado que a Igreja impunha aos homens e mulheres que chegavam ao Brasil, forçando-os a abandonar sua origem e esquecer os laços que os mantinham vinculados à sua terra natal. Além disso, era extremamente sintomático que o batismo fosse feito em nome de um deus e um povo responsável pelo próprio processo de escravização, em um dos maiores genocídios da história.

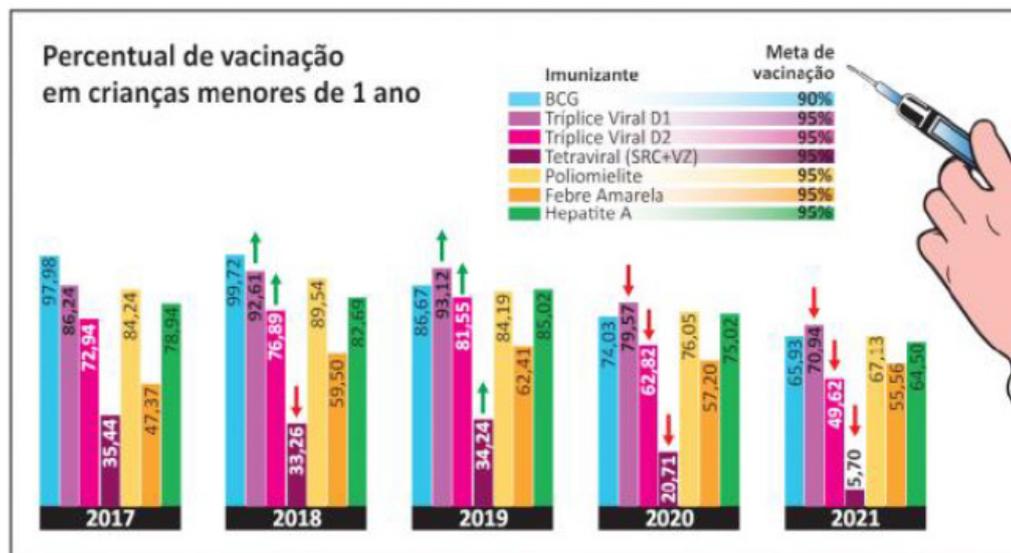
Feedback:

--

2ª QUESTÃO

Enunciado:

Estudos realizados em 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mostraram que, no Brasil, houve uma queda brusca da taxa de vacinação infantil nos últimos anos: entre 2017 e 2021, a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, considerando-se crianças com menos de um ano de idade. Essa redução da cobertura vacinal deixa a população infantil muito vulnerável e exposta a doenças que já estavam praticamente erradicadas, tal como o sarampo, que em 2018 voltou a ser uma preocupação para os brasileiros. Além do sarampo, corre-se o risco de outras doenças voltarem a acometer as crianças, como a poliomielite, a meningite, a rubéola e a difteria. O gráfico a seguir mostra as taxas de vacinação infantil, em crianças menores de um ano de idade, no período de 2017 a 2021.



Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>.
 Acesso em: 23 de jun. 2023 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas no texto e no gráfico, assinale a opção correta.

Alternativas:

(alternativa A)

O aumento da taxa de vacinação infantil contra a febre amarela em 2021, em comparação com o índice registrado em 2017, revela que as campanhas de conscientização da população foram bem-sucedidas quanto ao alcance da meta de vacinação contra essa enfermidade.

(alternativa B)

A pandemia de Covid-19, ao ampliar a conscientização da população sobre a necessidade de manter alto índice vacinal para evitar o reaparecimento de doenças infectocontagiosas, contribuiu para o aumento da cobertura vacinal contra outras doenças, conforme indicado no gráfico.

(alternativa C)

A cobertura vacinal de crianças menores de um ano de idade foi muito variável, com alto índice vacinal da BCG e média cobertura da vacina tetra viral, no período de 2017 a 2021.

(alternativa D)

O percentual de vacinação com o imunizante da poliomielite se manteve constante na maior parte do período de 2017 a 2021.

(alternativa E) (CORRETA)

A baixa cobertura vacinal de crianças menores de um ano de idade é um dos indicadores de baixo desempenho das políticas públicas de atenção primária em saúde.

Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada: ENADE 2023	
Feedback: ENADE 2023	

3ª QUESTÃO

Enunciado:

Recentemente, a população carcerária feminina do Brasil tornou-se a terceira maior do mundo. A situação do encarceramento feminino por tráfico de drogas e outras situações que circundam o assunto foi tema de discussão da Secretaria de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), em seminário realizado em abril de 2023. O evento contou com a participação de 23 países. Segundo os dados apresentados pela Senad, a incidência penal sobre drogas no Brasil é uma das principais causas de prisão de mulheres, chegando a 54% dos casos de encarceramento, contra 28% dos homens, índice que impacta em aspectos como maternidade e primeira infância.

Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/senad-discute-situacao-de-mulheres-encarceradasnocontexto-de-drogas-no-brasil>. Acesso em: 15 jun. 2023 (adaptado).

Acerca do tema apresentado, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A maioria das mulheres envolvidas em atividades do tráfico encontra-se em posições hierarquicamente inferiores, sendo classificadas como “mulas e aviões”, o que revela a reprodução, no mercado ilegal, da divisão sexual do trabalho observada no mercado formal.

PORQUE

II. O sistema penal agrava a situação de vulnerabilidade das mulheres encarceradas, seja pela invisibilização com que as trata, seja por meio da violência institucional que reproduz a violência estrutural das relações sociais patriarcais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições falsas.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(alternativa C) (CORRETA)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa D)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada: ENADE 2023	
Feedback: ENADE 2023	

4ª QUESTÃO**Enunciado:**

A participação feminina na política é fundamental para garantir uma sociedade mais justa e igualitária. Todavia, a presença de mulheres em cargos políticos ainda é muito baixa no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que atualmente a população brasileira seja de 213,3 milhões de pessoas, com maior percentual de mulheres (51,1%) do que de homens (48,9%). Embora as mulheres sejam a maioria populacional e de pessoas votantes (52,65%), a sub-representação política ainda se mostra como uma realidade no país, uma vez que somente 15% das pessoas eleitas são mulheres, segundo dados do TSE (2022).

Pesquisadoras e pesquisadores indicam ações necessárias à redução da sub-representação feminina na política. A respeito do tema, leia as alternativas abaixo:

- I. Educação: é importante fomentar a educação política para as mulheres desde cedo, incentivando lideranças femininas para que estas se sintam confiantes em atuar no campo político estruturado, compreendendo o seu importante papel ativo.
- II. Cotas: a adoção de cotas para mulheres em cargos eletivos ajuda a aumentar a representação feminina. Essa medida pode ser temporária, até que a presença de mulheres na política seja mais equilibrada.
- III. Apoio financeiro: disponibilizar fundos para mulheres que desejam concorrer a cargos políticos incentiva a participação feminina na política, sejam a partir de bolsas de estudo para educação política, financiamento de campanhas políticas, entre outros.
- IV. Visibilidade: o destaque à atuação política de mulheres na mídia é importante na promoção da participação feminina, dando mais voz às mulheres e encorajando futuras gerações.
- V. Reforço aos papéis de gênero: o apoio a candidatas mulheres é imprescindível, uma vez que elas trazem mais sensibilidade às questões sociais e são naturalmente mais aptas a cuidar do outro.

São medidas que configuram incentivos à participação feminina na política:

Alternativas:**(alternativa A)**

as contidas nos itens I, III e IV.

(alternativa B)

as contidas nos itens I, II e III.

(alternativa C)

as contidas nos itens III, IV e V.

(alternativa D)

as contidas nos itens I, II, III, IV e V.

(alternativa E) (CORRETA)

as contidas nos itens I, II, III e IV.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

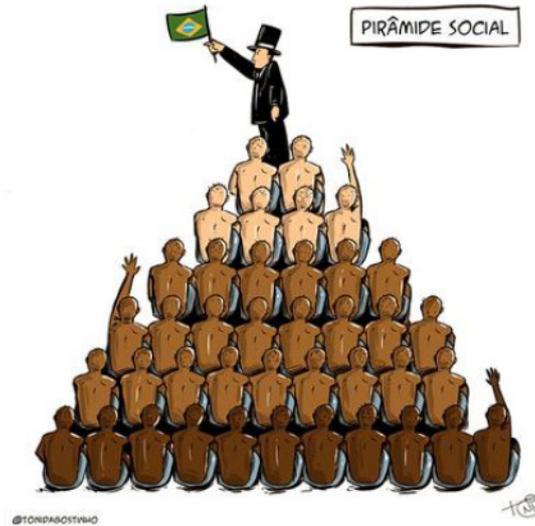
A medidas contidas em I, II, III e IV podem contribuir significativamente para redução da subrepresentação feminina na política, uma vez que garantem apoio material (como as cotas e incentivo financeiro) ou buscam desconstruir a ideia de que “política não é lugar de mulher”. Educação política de base, apoio financeiro, cotas, incentivo de lideranças, oportunidade de voz e visibilidade às mulheres, bem como a desconstrução de estereótipos culturais (como os dispositivos de cuidado, fragilidade, passividade e os papéis de gênero) são medidas essenciais para aumentar a participação feminina na política.

Feedback:

--

5ª QUESTÃO

Enunciado:



O cartunista, dramaturgo e cartunista Toni D'Agostinho é conhecido por criar charges com conteúdo de denúncia social. A partir dessa imagem, podemos afirmar que:

Alternativas:

(alternativa A)

ela se refere a um período escravocrata, posto que as pessoas negras estão na base e as pessoas brancas no topo, realidade vista em momento anterior a 1888.

(alternativa B)

ela se refere a um período anterior a constituição de 1988, já que nela percebemos desigualdade entre os sujeitos e isso está em desacordo com a Carta Magna.

(alternativa C) (CORRETA)

ela se refere a uma realidade social atual, onde a população negra é base da sociedade, numericamente superior, e os brancos estão mais próximos do poder.

(alternativa D)

ela se refere a uma propaganda do movimento negro radical, posto que passa a ideia equivocada de que existe uma diferença entre brancos e negros no acesso ao poder.

(alternativa E)

ela se refere à ideia de democracia racial, onde vemos pessoas de todas as raças juntas, em prol da constituição da nação brasileira.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

A alternativa A é incorreta pois passa a ideia de que após a abolição da escravidão esse cenário de desigualdade racial deixou de existir. Isso não corresponde à realidade

O distrator que cita a Carta Magna também é incorreto, pois passa a ideia de que após a criação da Carta Magna não existe mais desigualdade racial e isso é equivocado.

O distrator que se refere à democracia racial é inadequado, visto que essa ideia parte do pressuposto que não existe diferença entre as raças no Brasil e a imagem mostra justamente o contrário, uma hierarquia entre as raças

A alternativa que fala sobre a realidade social atual é a correta, pois ela aponta para o fato das pessoas negras terem menos acesso à saúde, educação, segurança, saneamento e espaços na política, como aponta a charge.

Feedback:

--

6ª QUESTÃO**Enunciado:**

O crescimento das cidades promove o aumento da demanda por serviços de água tratada, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais, limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos. No Brasil, o processo de urbanização ocorreu de forma rápida e desigual, o que resultou no agravamento de injustiças sociais e econômicas. Os serviços de saneamento básico considerados direitos humanos fundamentais não são acessíveis a uma parcela significativa da população, principalmente àquela em que se concentram os segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade.

O atendimento integral e universalizado junto às populações periféricas e em situação de vulnerabilidade constitui um grande desafio, por demandar políticas públicas e investimentos subsidiados e permanentes.

Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6018>. Acesso em: 22 jun. 2023 (adaptado).

Acerca do saneamento básico no Brasil, avalie as afirmações a seguir.

- I. A grave desigualdade social, evidenciada pela segregação nos espaços urbanos, é uma das barreiras para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.
- II. O serviço de abastecimento de água no Brasil situa-se no mesmo patamar de fornecimento e de infraestrutura que o sistema de coleta e tratamento do esgoto.
- III. A universalização do acesso aos serviços de saneamento básico requer investimentos em políticas públicas e em tecnologias sociais que priorizem a democratização e o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade.
- IV. O aumento da incidência de doenças transmitidas pela água resulta não somente da inadequação dos serviços de saneamento, mas também da precariedade das condições de moradia da população em situação de vulnerabilidade.

É correto apenas o que se afirma em

Alternativas:

(alternativa A) (CORRETA)

I, III e IV

(alternativa B)

I e IV

(alternativa C)

II e III

(alternativa D)

II, III e IV

(alternativa E)

I e II

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2023

Feedback:

ENADE 2023

7ª QUESTÃO

Enunciado:



Grafite: Eduardo Kobra. Foto: Charles Humpreys. São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Inicialmente, a natureza transgressora do grafite foi encarada pelo Estado como vandalismo no espaço público e como um perigo para a conservação da propriedade privada, devendo-se, portanto, combatê-lo. Com o tempo, contudo, essa concepção marginal transformou-se, incidindo em uma valorização aceitável pelo Estado e positiva para a sociedade. Essa transição do grafite, de arte marginal para manifestação artística reconhecida e aceita, tem revelado aspectos importantes não somente para os profissionais do grafite, mas para a sociedade como um todo, pois incorpora a possibilidade de ele ser um produto artístico de valor cultural, econômico e ideológico.

PIRES, E. M.; SANTOS, F. A. A cidade de São Paulo e suas dinâmicas: graffiti, Lei Cidade Limpa e publicidade urbana. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. v. 26, São Paulo, 2018 (adaptado).

Considerando-se o texto e a imagem apresentados, é correto afirmar que o grafite consiste em uma

Alternativas:

(alternativa A) (CORRETA)

expressão cultural que problematiza os valores e as relações da sociedade com os espaços onde é produzida.

(alternativa B)

expressão popular associada à contestação e, por isso, não é reconhecido como arte.

(alternativa C)

intervenção urbana que traz prejuízos para a sociedade porque gera conflitos latentes entre diferentes classes sociais.

(alternativa D)

expressão convencional de hierarquias consolidadas ao longo do tempo e ainda presentes na sociedade.

(alternativa E)

intervenção estética realizada com o propósito de embelezamento padronizado dos espaços urbanos pelo uso de cores intensas e contrastantes.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2022

Feedback:

ENADE 2022

8ª QUESTÃO**Enunciado:**

Pesquisa realizada pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aponta que a população em situação de rua aumentou no Brasil em 2022. De janeiro a maio deste ano, mais de 26 mil novas pessoas nessa situação foram registradas no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal. No país, mais de 180 mil pessoas estão registradas no CadÚnico.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 6 jul. 2022 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A existência de pessoas em situação de rua no Brasil deriva, sobretudo, das desigualdades sociais oriundas da pandemia de Covid-19.

PORQUE

II. Um dos efeitos da pandemia de Covid-19 foi a ampliação do número de pessoas em situação de rua no Brasil, o que evidencia a segregação socioespacial das cidades brasileiras.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições falsas.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa D) (CORRETA)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2022

Feedback:

ENADE 2022

9ª QUESTÃO

Enunciado:

Enquanto sociedade todos são responsáveis por proporcionar a inclusão a um vasto universo de pessoas, a saber: indivíduos com várias deficiências, idosos, pessoas com doenças, mobilidade reduzida, passando por procedimentos ou tratamentos médicos e ainda situações diferentes, que as limitam de estarem ativas socialmente, seja em suas vidas pessoais, universitária/escolar, ou em suas funções laborais, além dos grupos minoritários e minorizados, como por exemplo, a população LGBTQIAPN+, os refugiados e as mulheres.



Para que a inclusão ocorra de forma efetiva, é necessário que a promoção de acessibilidade seja plena. Dentre as múltiplas formas de acessibilidade, é a mais simples de ser colocada em prática, porque depende apenas de nós, quando nos colocamos no lugar do outro e, a partir disso, pensamos e realizamos ações que promovam um mundo mais justo e inclusivo, onde abolimos comportamentos preconceituosos ou discriminatórios, para todas as pessoas. Sobre qual das dimensões de acessibilidade estamos tratando?

Alternativas:

(alternativa A)

Acessibilidade Instrumental

(alternativa B)

Acessibilidade Arquitetônica

(alternativa C)

Acessibilidade Digital

(alternativa D)

Acessibilidade Natural

(alternativa E) (CORRETA)

Acessibilidade Atitudinal

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

A barreira atitudinal é a primeira barreira a ser quebrada para que todas as outras também deixem de existir, diz respeito às ações que tomamos como indivíduos para diminuir as barreiras entre as pessoas. É se colocar minimamente no lugar do outro, pensar e realizar ações que promovam um mundo mais justo e inclusivo para todos(as). Essa é a dimensão mais simples de ser colocada em prática, porque depende apenas de nós. A acessibilidade natural tem como missão quebrar barreiras que a própria natureza produz. Vegetação irregular, árvores que viram obstáculos no caminho ou fecham trilhas, terra, areia, água... A acessibilidade digital está relacionada, por exemplo, textos alternativos em imagens, aplicação de alto contraste nas páginas web e muitas outras opções de tecnologias assistivas, fazem parte da acessibilidade digital. A acessibilidade instrumental é superar barreiras no uso de utensílios e ferramentas. A acessibilidade arquitetônica está relacionada aos recursos que permitam a locomoção de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, em qualquer espaço com autonomia.

Feedback:

--

10ª QUESTÃO

Enunciado:

Os seguintes ícones foram utilizados em um estudo realizado por um grupo de trabalho de monitoramento da relação das mulheres com a mobilidade urbana na cidade de São Paulo. Na pesquisa, perguntou-se às mulheres como elas se sentiam nas situações representadas por tais imagens. As respostas relativas a cada tipo de mobilidade urbana são apresentadas a seguir.

 Ando a pé	Atenta Cansada Insegura Ansiosa	 Pego o ônibus	Desconfortável Insegura Péssima
 Ando de bicicleta	Não ando Livre	 Ando de Metrô	Atenta aos assédios Observada Desconfiada Um pouco mais segura
 Ando de trem	Em pânico Apertada	 Frequento o espaço público	Nem fico, tenho medo Passo correndo Em alerta

Coletivo Fórum Regional das Mulheres da Zona Norte, Rede MÁs, Sampapé! (2018). Relatório de Análises, Resultados e Recomendações. Projeto Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana, São Paulo, SP (adaptado).

Considerando o estudo apresentado e relacionando o trabalho de monitoramento social das necessidades de mulheres no contexto urbano aos pressupostos do direito à cidade, avalie as afirmações a seguir.

- I. A predominância de comentários negativos indica o medo generalizado que as mulheres sentem ao se deslocarem ativamente pela cidade, inclusive quanto à percepção de seu corpo no espaço urbano.
- II. Os comentários negativos sobre os modos coletivos de transporte estão relacionados à lotação nesses meios e a situações de assédio, tendo sido o metrô avaliado como um espaço um pouco mais seguro para as mulheres, em comparação com outras formas de mobilidade.
- III. Os comentários negativos refletem a percepção das mulheres quanto ao perigo a que se expõem e sugerem que o medo relacionado à vulnerabilidade de gênero aponta para uma geografia particular nas cidades, em que os meios de transporte afetam os movimentos rotineiros das mulheres no espaço urbano.

É correto o que se afirma em

Alternativas:

(alternativa A)

I, apenas.

(alternativa B)

I e II, apenas.

(alternativa C) (CORRETA)

I, II e III.

(alternativa D)

III, apenas.

(alternativa E)

II e III, apenas.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2023

Feedback:

ENADE 2023

11ª QUESTÃO**Enunciado:**

No município X, houve uso irregular do solo para fins residenciais (propriedades privadas), fato que, segundo o Ministério Público, provocou graves danos ambientais em uma região de dunas e mangue. A respeito da responsabilidade por estes danos ambientais, leia as assertivas abaixo:

- I. O município X não pode ser responsabilizado, pois as construções foram feitas por particulares, que não tinham autorização municipal.
- II. O município poderá responder diante da omissão em seu dever de controlar e fiscalizar a integridade do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- III. Os particulares poderão responder pelos danos ambientais causados, ainda que tenham agido de boa-fé.
- IV. A União deverá responder, pois cabe privativamente a este ente controlar e fiscalizar a integridade do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- V. Quanto aos particulares envolvidos, estes apenas responderiam se fosse comprovada a má-fé.

Estão corretos os itens contidos apenas em:

Alternativas:**(alternativa A)**

I, IV e V.

(alternativa B)

I, III e IV.

(alternativa C) (CORRETA)

II e III.

(alternativa D)

II e V.

(alternativa E)

I e III.

Grau de dificuldade: Nível 2

Resposta comentada:

O item I está incorreto, pois o município poderá responder diante da omissão em seu dever de controlar e fiscalizar a integridade do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O item IV está incorreto, pois não cabe privativamente à União controlar e fiscalizar a integridade do meio ambiente, a competência é comum (art. 24, CF). Quanto aos particulares, estes poderão responder pelos danos ambientais, ainda que estejam de boa-fé, o que torna o item V falso.

Feedback:

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 28 ed. São Paulo: Jus Podivm, 2022.

12ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o texto abaixo:

“A autonomia das entidades federativas pressupõe a repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias, sendo, pois, um dos pontos caracterizadores e asseguradores do convívio do Estado Federal. Na definição de José Afonso da Silva, a competência é a ‘faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções’. A própria Constituição Federal estabelece as matérias próprias de cada um dos entes federativos, União, Estados-membros, Distrito Federal e municípios, e a partir disso poderá acentuar a centralização de poder, ora na própria Federação, ora nos Estados-membros”.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2022, p. 381

O tema da repartição de competências na forma da CRFB/88 é de extra importância para a organização político-administrativa do Estado brasileiro. Sobre o assunto, avalie os itens abaixo:

- I. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.
- II. É de competência exclusiva da União preservar as florestas, a fauna e a flora.
- III. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades. Todavia, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, as que indicam os itens corretos:

Alternativas:

(alternativa A) (CORRETA)

I e III.

(alternativa B)

II e III.

(alternativa C)

I e II.

(alternativa D)

III.

(alternativa E)

I, II e III.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

A afirmativa I está correta, na forma do art. 23, II, da CRFB/88. Já a afirmativa II, por sua vez, está errada, visto que, na forma do art. 23, VI, é de competência comum dos entes federados e não exclusiva da União. Por fim, o item III está correto, conforme dispõe o art. 24, §§3º e 4º, da CRFB/88. Logo, estão corretos apenas os itens I e III.

Feedback:

Referências: MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2022, p. 381.

13ª QUESTÃO**Enunciado:**

Em 25 de agosto de 2023, foi publicado edital de licitação nº XX/2023 na modalidade diálogo competitivo para a compra de relevante quantidade de merenda escolar do tipo menor preço, fixando parâmetros mínimos de qualidade. Os critérios estabelecidos no edital para o debate entre a Administração Pública e os licitantes consistem a segurança alimentar e a agricultura orgânica. Quanto aos elementos previstos no edital nº XX/2023, podemos dizer que

Alternativas:**(alternativa A)**

deverá ser empregada modalidade híbrida de licitação, tendo-se em vista o valor da contratação e a padronização do objeto da licitação;

(alternativa B)

é adequada a modalidade diálogo concorrencial, tendo-se em vista a dispensa de reuniões entre os licitantes mediante o emprego de ferramentas previstas na internet;

(alternativa C)

é adequada a modalidade diálogo competitivo, pois permitirá contratação da compra com diálogos entre a Administração Pública e os licitantes previamente selecionados;

(alternativa D)

deverá ser empregada a modalidade de tomada de preços, tendo-se em vista o valor global do contrato;

(alternativa E) (CORRETA)

o uso da modalidade diálogo competitivo é inadequado, tendo-se em vista a não previsão de inovação tecnológica ou técnica, bem como a existência de soluções no mercado;

Grau de dificuldade: | Nível 2**Resposta comentada:**

Encontra-se inadequada a adoção do diálogo competitivo ou diálogo concorrencial, pois não se trata de contratação que exige inovação e desenvolvimento de soluções até então inexistentes no mercado, conforme exige o artigo 32 da Lei 14.133/2021. Há outras modalidades de licitação que melhor se adequariam, a exemplo do pregão.

Para a adequação desta modalidade, será necessário, também, o atendimento das disposições constantes no parágrafo 1º do artigo 32 da Lei de Licitações, em especial que os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.

Feedback:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**, 38ª ed. São Paulo: Atlas, 2024

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Nova lei de licitações e contratos administrativos: comparada e comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

14ª QUESTÃO**Enunciado:**

“Patente é um título temporário de propriedade que tem como objetivo proteger novos produtos, processos ou aperfeiçoamentos que tenham aplicação industrial e apresentem uma solução tecnológica para um problema específico. A proteção por patente pode ter como objeto um produto novo, um novo processo de obtenção de um produto já conhecido ou um objeto que apresente melhoria funcional sobre um já existente. No Brasil, há dois tipos diferentes de patentes: as patentes de invenção e as de modelo de utilidade”.

Fonte: SOUZA, Maria Aparecida de; MURAKAWA, Ligia Sueny Gonçalves. Guia Prático I – Introdução à Propriedade Intelectual. SP: Agência USP de Inovação, 2016. p.7. Disponível em: <https://www.inovacao.usp.br/wp-content/uploads/sites/300/2017/10/CARTILHA_PI_bom.pdf> . Acesso: 01 set. 2023.

A Lei nº 9.279/96 regula os direitos e as obrigações relativos à propriedade industrial e estabelece que, para ser patenteável, uma invenção deve atender a alguns requisitos. Acerca da patente, tem-se:

- I. Aplicação industrial: o invento deve ser passível de utilização em algum ramo da indústria, sendo opcional apresentar replicabilidade.
- II. Novidade: o produto ou processo é considerado novo quando se torna acessível ao público antes do depósito do pedido da patente.
- III. Atividade inventiva: a invenção não é óbvia para um técnico no assunto e o produto não pode ser deduzido a partir do estado da técnica.
- IV. Período de graça: o prazo, no Brasil, para que o pedido de patente seja depositado é de até um ano após a primeira divulgação da invenção.

Assinale a opção correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Estão incorretas I, II e IV.

(alternativa B)

Estão incorretas III e IV.

(alternativa C)

Estão incorretas I, II e III.

(alternativa D)

Estão incorretas II, III e IV.

(alternativa E)

Estão incorretas II e IV.

Grau de dificuldade: Nível 1

Resposta comentada:

Aplicação industrial: o invento deve ser passível de utilização em algum ramo da indústria, sendo opcional apresentar replicabilidade. Errada: é obrigatório que tenha replicabilidade

Novidade: o produto ou processo é considerado novo quando se torna acessível ao

público antes do depósito do pedido da patente. Errada: se torna acessível ao público depois do depósito

Atividade inventiva: a invenção não é óbvia para um técnico no assunto e o produto não pode ser deduzido a partir do estado da técnica. Certa: ver artigo 13, Lei 9.279/1996

Período de graça: o prazo, no Brasil, para que o pedido de patente seja depositado é de até um ano após a primeira divulgação da invenção. segundo o INPI: “a , em seu artigo 12, concede ao inventor um prazo de 12 meses após a divulgação de sua invenção ou modelo de utilidade para que ele possa depositar o pedido de patente no INPI. Esse prazo é chamado de período de graça.” 12 meses é diferente de um ano.

Feedback:

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 12a. ed. rev., atual. e reform. São Paulo: Método, 2022.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial, v. 1 : teoria geral e direito societário. 13. São Paulo Saraiva Jur 2022 1 recurso online ISBN 9786553620551.

15ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o texto abaixo:

“As regras de conexão são normas estatuídas pelo DIP que indicam o direito aplicável às diversas situações jurídicas conectadas a mais de um sistema legal. O DIP cuida primeiramente de classificar a situação ou relação jurídica dentre um rol de qualificações, i.e., de categorias jurídicas; em seguida, localiza a sede jurídica desta situação ou relação e, finalmente, cuida da aplicação do direito vigente nesta sede.”

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito Internacional Privado. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, pg. 311

Com base em seus conhecimentos e no que prescreve a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB – Decreto-Lei nº 4.657/42), examine os itens a seguir:

- I. Caso haja um litígio envolvendo imóvel situado em solo brasileiro, aplicar-se-á a lei brasileira em razão do critério *lex rei sitae*.
- II. Para reger o começo e fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos da família, aplica-se a lei do domicílio da pessoa e não da nacionalidade.
- III. No Brasil, é terminantemente vedada a aplicação da lei estrangeira em qualquer hipótese, por configurar ofensa à ordem pública.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, as que indicam os itens corretos:

Alternativas:

(alternativa A)

II e III.

(alternativa B)

I e III.

(alternativa C)

I, II e III.

(alternativa D) (CORRETA)

I e II.

(alternativa E)

I.

Grau de dificuldade: | Nível 1

Resposta comentada:

A afirmativa I está correta, na forma do art. 8º, caput, da LINDB. Igualmente, a afirmativa II está correta, pois versa sobre o estatuto pessoal exatamente da forma que previsto no art. 7º, caput, da LINDB. A afirmativa III, porém, encontra-se equivocada. Isso porque as regras de conexão existem justamente para permitir a aplicação do direito estrangeiro em situações jurídicas que possuam um elemento de estraneidade.

Feedback:

Referências: DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito Internacional Privado. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, pg. 311.

16ª QUESTÃO**Enunciado:**

Carlos foi vítima de golpe por meio do qual fraudadores utilizaram-se de documentos falsos a fim de realizar operações bancárias em seu nome. Procurada por Carlos, a instituição financeira afirmou não ter tido culpa pelo incidente, negando-se a restituir o prejuízo. A negativa é

Alternativas:**(alternativa A)**

Ilícita, configurando abuso do direito, decorrente da inobservância do princípio da boa-fé subjetiva, que impõe às partes, dentre outros, o dever anexo de segurança, independentemente da existência do elemento culpa.

(alternativa B)

lícita, pois somente comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária decorrente de negligência ou imprudência, viola direito e causa dano a outrem.

(alternativa C) (CORRETA)

Ilícita, configurando abuso do direito, decorrente da inobservância do princípio da boa-fé objetiva, que impõe às partes, dentre outros, o dever anexo de segurança, independentemente da existência do elemento culpa.

(alternativa D)

lícita, pois, para caracterização do abuso do direito, é necessária a existência do elemento culpa.

(alternativa E)

lícita, por ausência de nexo de causalidade entre a atividade da instituição financeira e o prejuízo experimentado por Carlos.

Grau de dificuldade: Nível 1**Resposta comentada:**

(FCC - TRT - 23ª REGLÃO (MT) - Adaptada) SÚMULA 479 DO STJ - As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. (Súmula 479, SEGUNDA SEÇÃO).

A boa-fé objetiva ou boa-fé conduta manifesta-se externamente por meio da investigação do comportamento do agente, sendo irrelevante sua intenção. Fala-se que o agente atuou “segundo a boa-fé”, tendo como noção contraposta a ausência de boa-fé”, e não a má-fé”.

Feedback:

--

17ª QUESTÃO

Enunciado:

“Notícia de grande sucesso no ConJur dá conta de decisão da Turma Regional de Uniformização (TRU) dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região — em que ficou afirmada jurisprudência no sentido de que em casos de coexistência de relação conjugal e extraconjugal, tanto a mulher como a companheira devem receber a pensão, determinando que a pensão por morte de um homem seja dividida entre sua mulher e seu amante. No caso, a parte pediu pensão por morte de segurado com quem mantinha uma relação extraconjugal. A autora alega que o “concubinato impuro” não tira dela o direito ao benefício. Ao analisar o pedido, a TRU deu razão à amante, prevalecendo o entendimento da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que concedeu pensão em caso semelhante. Verbis: “Quando se verificam presentes alguns pressupostos tais como a afetividade, a estabilidade e a ostentabilidade, é possível presumir a boa-fé da requerente, de maneira que em tais casos não há obstáculo ao reconhecimento de entidade familiar, no modelo estruturado sob a forma de concubinato”. Desnecessário dizer que nem o Código Civil e nem a Constituição autorizam esse entendimento. O caso, na verdade, trata de concubinato adulterino, que não dá direito a nada. Mas, então, se a lei não permite e tampouco a Constituição dá maiores pistas acerca do que foi decidido, por que o Judiciário acredita que pode decidir desse modo?”

(STRECK, Lênio. O Brasil revive a Escola do Direito Livre! E dá-lhe pedalada na lei! Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-25/senso-incomum-brasil-revive-escola-direito-livre-lhe-pedalada-lei/> Acesso em: 30 mar. 2024)

De acordo com o texto acima, avalie as asserções que se seguem.

- I. Lênio Streck alega a tese positivista da separação entre Direito e Moral para criticar a postura do judiciário de decidir conforme critérios de justiça.
- II. Lênio Streck alega a tese jusnaturalista da conexão entre Direito e Moral para defender a postura do judiciário de decidir conforme critérios de justiça.
- III. Lênio Streck critica o ativismo judicial que, contrariamente aos princípios positivistas em defesa da separação entre Direito e Moral, incentiva decisões conforme critérios próprios de justiça.

É correto apenas o que se afirma em:

Alternativas:

(alternativa A) (CORRETA)

I e III

(alternativa B)

I e II

(alternativa C)

III

(alternativa D)

I

(alternativa E)

II e III

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

A concepção do homem própria das ciências humanas relativiza o modelo clássico cartesiano. Ela adota, no lugar da razão universal, a cultura, a sociedade, a história e a linguagem como condicionamentos particulares da nossa condição humana. No âmbito do pensamento jurídico, assumem importância fundamental filosofias do direito que ambientam a justiça nesses quadrantes, como a Escola Histórica e a do Direito Livre. Mostram-se, neste sentido, propensas a valorizar a vontade do juiz acima dos referentes legais impostos pelo legislador. A discricionariedade do ato de julgar torna-se, na sequência, uma das questões centrais do debate filosófico-jurídico, opondo o seu controle constitucional à sua livre manifestação, tida como necessária em defesa da justiça pelo assim denominado neoconstitucionalismo.

Feedback:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, **Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito.** São Paulo: Atlas, 2022. CASTILHO, RICARDO. **Filosofia Geral e Jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2023. MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito.** São Paulo: Atlas, 2023. MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito.** São Paulo: Atlas, 2023.

18ª QUESTÃO

Enunciado:

“Brasil alcançou o maior índice de casos de estupro da história em 2022”

“A quantidade de estupros registrados no Brasil alcançou o maior índice da história em 2022. Especialistas apontam que, apesar das subnotificações, o debate sobre assédio e abuso sexual contribuiu para uma alta nos registros. Mais de 80% dos autores eram conhecidos da família das vítimas. Os dados estão no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023[...] O Brasil teve 74.930 casos de estupro em 2022, quase 5 mil casos a mais do que em 2019, que detinha o recorde anterior. Os dados são das secretarias de segurança pública ou defesa social e foram compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A alta atinge tanto os casos de estupro quanto os de estupro de vulnerável, quando o crime é cometido contra um menor de 14 anos ou uma pessoa incapaz de consentir com o ato sexual. Foram quase 57 mil vítimas de estupro de vulnerável, o que representa alta de 8% no ano passado, e outras 18 mil 110 vítimas de estupro, alta de 7%”.

(CBN, Coluna País, Brasil alcançou o maior índice de casos de estupro da história em 2022, 20/07/23. Disponível em <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/414450/brasil-alcancou-o-maior-indice-de-casos-de-estupro.htm>. Acesso em 06 abril de 2024).

Analise as assertivas abaixo relacionadas com os crimes contra a dignidade sexual.

I. Ilmar, de 20 anos de idade, namorado de Jorgina, 13 anos de idade, vai com ela ao cinema e no local, aproveitando-se da falta de iluminação, solicita sexo oral, que é realizado pela moça. Nesse caso houve crime de estupro de vulnerável.

II. Paula estava na cozinha de seu local de trabalho, momento em que um dos funcionários se aproximou para pegar café, e, aproveitando-se de sua distração, apalpou sua as nádegas. Nesse caso, ocorreu assédio sexual.

III. Januário, se valendo de grave ameaça com uso de uma arma, obrigou Cíntia, de 17 anos de idade, a realizar com ele conjunção carnal, nesta situação ocorreu estupro qualificado.

IV. Jaqueline em uma festa ingeriu muita bebida alcoólica. No lugar conheceu Otávio, indo com ele para o banheiro masculino. No local, após alguns beijos, Jaqueline desmaia, momento em que Otávio, abre sua calça e realiza conjunção carnal. Neste caso ocorreu apenas o crime de estupro.

É correto o que se afirma, apenas:

Alternativas:

(alternativa A)
 nas alternativas I e II

(alternativa B)
 nas alternativas III e IV

(alternativa C) (CORRETA)
 nas alternativas I e III

(alternativa D)
 nas alternativas II e III

(alternativa E)
 nas alternativas I e III

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

As afirmativas I e III estão corretas. A assertiva II está incorreta, tendo em vista ser um caso de importunação sexual, previsto no art. 215-A do Código Penal. A assertiva IV está incorreta, tendo em vista ser um caso de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, §1º do Código Penal, em razão de ter sido praticado contra vítima sem capacidade de resistência.

Feedback:

GRECO. Rogério. Curso de direito penal, vol 3: artigos 213 ao 361 do Código Penal. 21ª ed. rev. atual. reform. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.

19ª QUESTÃO**Enunciado:**

Havendo efetiva repetição de processos sobre uma mesma questão de direito, com decisões antagônicas a seu respeito, o juiz de primeiro grau suscitou, perante o tribunal, a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que tramitava, na segunda instância, causa pendente de julgamento sobre o mesmo tema. Também já tramitava no Superior Tribunal de Justiça, recurso especial repetitivo versando sobre a mesma matéria, o qual já havia sido afetado para fins de definição da tese sobre a referida questão. Nesse cenário, é correto afirmar que o mencionado incidente...

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

não será admitido, pois já afetado recurso especial repetitivo representativo da controvérsia;

(alternativa B)

não será admitido, pois cabe à parte requerer a instauração do referido incidente de resolução de demandas repetitivas;

(alternativa C)

será admitido, pois ainda não há incidente de resolução de demandas repetitivas afetado no tribunal superior;

(alternativa D)

será admitido como incidente de assunção de competência, uma vez que é admissível a fungibilidade entre os incidentes;

(alternativa E)

será admitido, uma vez que ainda não há decisão final do recurso especial repetitivo representativo da controvérsia.

Grau de dificuldade: Nível 3**Resposta comentada:**

Gabarito "A"

Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente:

[...]

- 4º É incabível IRDR quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

Feedback:

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil: volume único. 13. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Editora JusPodivm, 2021.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo: Teoria Geral do Processo, 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

20ª QUESTÃO

Enunciado:

INÍCIO > CIDADES
 MEIO AMBIENTE

Plano Diretor de São José do Norte (RS) proíbe mineração no município

No dia 10 de maio, a prefeita sancionou a nova lei, sem veto à emenda que proíbe a mineração no município

Marco Weissheimer, do Sul 21 | Sul 21
 | 24 de junho de 2019 às 14:57



Determinada empresa, sediada no Município de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, foi surpreendida com aprovação de uma Lei municipal que torna ilícita a exploração do minério X. A empresa contava com 22 empregados e desenvolvia a atividade de exploração do minério X no local desde o ano de 2001. Em decorrência da nova lei, a empresa despediu os trabalhadores e determinou que procurassem seus direitos junto ao poder público. Considerando a situação exposta e o que expressamente dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho quanto ao exame da responsabilidade pelas indenizações acaso devidas pelas terminações contratuais:

Alternativas:

(alternativa A)

a hipótese caracteriza fato previsível pela arriscada natureza do negócio, respondendo a empresa integralmente perante os trabalhadores pelos efeitos, exclusivamente porque definitivos, da paralisação da atividade.

(alternativa B)

é do empregador a responsabilidade pelo risco do negócio, pelo que cabe exclusivamente a ele, salvo nos casos de falta grave, pedido de demissão e força maior, indenizar os trabalhadores despedidos.

(alternativa C) (CORRETA)

a resolução ou promulgação de lei que impossibilite a continuação da atividade, como ocorreu no caso, leva a pessoa de direito público responsável pela paralisação temporária ou definitiva a arcar com a indenização decorrente da necessária extinção dos contratos de trabalho por ela afetados.

(alternativa D)

a hipótese caracteriza motivo de força maior diante da necessidade do desligamento por motivo inevitável e imprevisível, e assim a empresa deve diretamente aos trabalhadores indenização por metade, não se configurando fato do príncipe.

(alternativa E)

somente por ato administrativo de autoridade federal, estadual ou municipal, e não por ato legislativo como ocorreu no caso, a pessoa de direito público responsável pela paralisação definitiva da atividade responderia pelos ônus trabalhistas decorrentes da necessária extinção dos referidos contratos.

Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada: A questão exige do estudante a aplicação do chamado “Fato do príncipe (<i>factum principis</i>)”, previsto no art. 486 da CLT, podendo ser definido como paralisação do trabalho (temporária ou definitivamente), decorrente de uma determinação do poder público. Trata-se de uma espécie de força maior, em que há a presença da conduta estatal, impondo a paralisação das atividades da empresa, encontrando-se assim prevista na CLT. No presente caso, resta claro que a referida paralisação / encerramento das atividades decorreu de ato do poder público (autoridade legislativa municipal), que editou uma lei tornando ilícita a exploração do minério X naquele Município. O fato príncipe consiste na paralisação do trabalho em decorrência de ato do poder público. No entanto, não é qualquer paralisação por determinação estatal que suscita a aplicação do art. 486 da CLT, mas apenas aquelas que decorrem “única e exclusivamente” da imposição estatal, como é o caso apresentado na presente questão. <i>Art. 486 da CLT - No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.</i>	
Feedback: Questão Adaptada - FGV - Concurso Tribunal Superior do Trabalho (2022)	

21ª QUESTÃO**Enunciado:**

A LINDB - Lei de Introdução as normas do direito brasileiro – Instituída pelo Decreto-lei 4.657/1942 (com alteração posterior pela Lei 12.376/2010), constitui uma norma sobre normas ou norma de sobre direito, pois visa regular outras leis. Assim, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; e, por fim, ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

(alternativa B)

existência de tratado internacional com o país no qual foi proferida a sentença; não ter corrido o processo a revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

(alternativa C)

haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(alternativa D)

haver sido proferida por juiz competente, em país que adota o sistema romano-germânico (*civil law*); terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; ter passado em julgado ou pender julgamento de recurso não dotado de efeito suspensivo; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(alternativa E)

existência de tratado internacional com o país no qual foi proferida a sentença; haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas pessoalmente; estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado, e, por fim, ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, a depender da matéria.

Grau de dificuldade: Nível 2**Resposta comentada:**

Segundo previsão do artigo Art. 15 da LINDB. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Feedback:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 28ª São Paulo: Saraiva, 2023.

22ª QUESTÃO**Enunciado:**

“A forte atuação dos movimentos sociais, de diferentes feições, foi decisiva para ressignificação da ideia de participação política, de forma que a ideia de autogoverno adquirisse pleno sentido. A participação social oriunda desse processo se constituiu como uma nova gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e sociedade civil”. (Leonardo Avritzer)

Nesse contexto, a participação social se configura, **EXCETO** pelo(a)

Alternativas:**(alternativa A)**

ampliação da participação popular e inclusão de atores socialmente marginalizados, no processo político, o que envolve, dentre outras questões, o partilhamento do poder no processo de tomada de decisão sobre questões de interesse público.

(alternativa B) (CORRETA)

perspectiva de que a autoridade legítima deriva da participação do governado no governo, no momento da seleção dos governantes, que se dá por via do processo eleitoral, e no reconhecimento da soberania popular e da representação política consentida.

(alternativa C)

compreensão de que a autonomia dos movimentos sociais, frente ao Estado, constitui-se como parte do processo de aprofundamento democrático e da atuação desses movimentos como protagonistas de uma contínua reinvenção democrática.

(alternativa D)

reconhecimento de outras formas de sociabilidade, bem como da redefinição do político para além das relações que se processam na institucionalidade.

(alternativa E)

fortalecimento da sociedade civil em toda a sua diversidade, de forma a permitir a busca pelo reconhecimento de novas práticas e saberes e de outras formas de sociabilidade, bem como da redefinição do político para além das relações que se processam na institucionalidade.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

A participação social deve ir além da mera representatividade parlamentar e do ato de participação de processos eleitorais.

Feedback:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2024.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2024.

23ª QUESTÃO

Enunciado:

Um refugiado tem direito a buscar e receber refúgio em um lugar seguro. Contudo, a proteção internacional abrange mais do que a segurança física. Os refugiados devem usufruir, pelo menos, dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo liberdade de expressão e de movimento, e proteção contra tortura e tratamento degradante. A lei brasileira que regulamenta a situação de refúgio é a Lei n. 9474/97. A respeito do tema, observe a figura abaixo, que trata dos refugiados no Brasil:



Fonte: <https://especiais.g1.globo.com/mundo/2019/refugiados-no-brasil/>

A partir dos dados acima e de seus conhecimentos a respeito do tema, é possível afirmar que:

Alternativas:
(alternativa A)

A legislação brasileira tem como base a Convenção da ONU sobre Refugiados, que define como pessoa refugiada apenas aquela que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função do medo de perseguição.

(alternativa B)

Para receber o status de refugiado e ser protegido pela Lei n. 9474/97, não há formalidade exigida, sendo necessário apenas que seja pessoa que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.

(alternativa C) (CORRETA)

Os solicitantes de refúgio recebem um protocolo que dá a eles os direitos dos residentes no Brasil – inclusive daqueles que já obtiveram a aprovação do status de refugiado, como o direito a trabalhar com carteira assinada, porém não há prerrogativas inerentes à cidadania brasileira.

(alternativa D)

Refugiados deixam seus países de origem por medo da perseguição ou em razão da migração econômica, ou seja, quando uma pessoa se muda para outro lugar para ter mais oportunidades de ganhar dinheiro e se livrar da pobreza.

(alternativa E)

Enquanto aguardam a decisão do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), a depender do motivo do pedido, os refugiados podem ser devolvidos ao país de origem, pois a proteção só será iniciada após a aprovação do referido órgão competente. Em razão de grave violação de direitos humanos não é possível a devolução, mas em virtude de racismo ou questões relacionadas à religião, sim.

Grau de dificuldade:

Nível 3

Resposta comentada:

A situação de refugiados difere-se da migração econômica, que é voluntária. A legislação brasileira define como pessoa refugiada não apenas aquela sem nacionalidade, mas aquela que tem nacionalidade mas devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país. Para receber o status de refugiado, há formalidades a serem seguidas de acordo com a lei. Pelo princípio da não devolução, não é possível devolver um refugiado ao país de origem, ainda que seja rejeitado o seu pedido.

Feedback:

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo, Saraiva, 2017.

24ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o texto abaixo:

“O Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho [...] foi alvo de pedido de medida provisional pela Corte IDH (Interamericana de Direitos Humanos). [...] Após analisar o caso, a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) decidiu adotar medidas cautelares no dia 19 de julho de 2016 em favor das vítimas, que estavam em situações extremamente precárias de violação massiva e reiterada de direitos protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos.

Destacou, entre outros problemas, a situação de superpopulação carcerária: em janeiro de 2017, o estabelecimento abrigava cerca de 3.454 pessoas, sendo que o limite máximo de vagas seria 1.699. Os presos eram obrigados a dormir no chão, muitas vezes uns sobre os outros, devido à falta de espaço. Também não foram verificadas condições adequadas de salubridade e atenção à saúde das pessoas. Os profissionais, médicos, enfermeiro e assistentes sociais, não são capazes de atender a demanda volumosa. A maior dos presos apresentava algum tipo de doença infectocontagiosa devido às péssimas condições das celas. As mortes dentro do IPPSC são recorrentes devido aos mais diversos problemas do estabelecimento. Apenas em 2016, foram registradas cerca de 32 mortes”.

LEGALE, Siddharta; ARAÚJO, David Pereira. O Estado de Coisas Inconvencional e o “supercaso” brasileiro em matéria penitenciária. Núcleo Interamericano de Direitos Humanos, UFRJ, 2018, p. 07.

Sobre o tema, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. No caso em tela, nota-se a aplicação dos critérios da Convenção Interamericana de Direitos Humanos à dura realidade do sistema penitenciário brasileira, cuja situação inclusive já foi reconhecida como Estado de Coisas Inconstitucional pelo STF.

PORQUE

II. Tanto a Comissão quanto à Corte Interamericana, e também os tribunais internos, podem verificar a compatibilização de normas e políticas públicas a luz da Convenção Interamericana de Direitos Humanos por meio do denominado Controle de Convencionalidade.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa B)

A asserção II é uma proposição verdadeira, e a I é uma proposição falsa.

(alternativa C)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa D)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Grau de dificuldade: | Nível 3

Resposta comentada:

O Controle de Convencionalidade pode ser conceituado como o juízo que verifica a compatibilidade das normas e políticas públicas segundo a Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Esse controle pode ser feito tanto pela Corte IDH quanto por tribunal interno. No caso em tela, vislumbra-se a aplicação de medidas provisionais à realidade penitenciária no Brasil, que já foi declarada como Estado de Coisas Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/MC. Observa-se, portanto, que ambas as asserções estão corretas e que a segunda justifica a primeira.

Feedback:

Referências: LEGALE, Siddharta; ARAÚJO, David Pereira. O Estado de Coisas Inconvencional e o “supercaso” brasileiro em matéria penitenciária. Núcleo Interamericano de Direitos Humanos, UFRJ, 2018, p. 07.

25ª QUESTÃO**Enunciado:**

“Em síntese, o RESE é um recurso inominado que possibilita o reexame de uma decisão ou sentença (desde que abarcadas nas hipóteses de cabimento deste recurso) tanto pelo juízo que a proferiu como pelo juízo ao qual se recorre”.

COSTA, Deldi Ferreira. RESE - Recurso em sentido estrito para compreender melhor. Jusbrasil.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/rese-recurso-em-sentido-estrito/772191509>. Acesso em 05 abril de 2024

Considerando o texto acima, bem como o(s) posicionamento(s) predominante(s) na doutrina e ou na jurisprudência nacionais, avalie as afirmativas seguintes e assinale a opção correta.

- I. É cabível recurso em sentido estrito da decisão que recebe indevidamente a denúncia ou a queixa.
- II. Da decisão de desclassificação proferida na primeira fase do procedimento dos crimes dolosos contra a vida cabe recurso em sentido estrito
- III. Cabe recurso em sentido estrito da decisão que converte a pena de multa não paga em pena privativa da liberdade
- IV. Não cabe recurso em sentido estrito de decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais
- V. De qualquer decisão interlocutória proferida pelo Juízo da execução penal cabe recurso em sentido estrito

Somente

Alternativas:**(alternativa A)**

as alternativas I e III estão corretas

(alternativa B)

as alternativas I e II estão corretas

(alternativa C)

as alternativas III e IV estão corretas

(alternativa D)

as alternativas III e V estão corretas

(alternativa E) (CORRETA)

as alternativas II e IV estão corretas

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

O legislador só previu o cabimento do RESE para as decisões que não recebem ou rejeitam as iniciais acusatórias (art. 581, I, CPP) e o rol de hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito não pode ser ampliado por analogia. Na desclassificação o juiz, de ofício, reconhece que o Tribunal de Júri não é competente para julgar o processo por se tratar de crime não doloso contra a vida, logo, dessa decisão cabe RESE com fundamento no art. 581, II, CPP. Não é possível (art. 51, do CP) a conversão da multa em pena privativa da liberdade. Das decisões proferidas no âmbito do JECrim cabem embargos de declaração e apelação (arts. 82 e 83, da Lei nº 9.099/95). Qualquer decisão proferida pelo Juízo da Execução Penal é impugnável pela via do Agravo previsto no art. 197 da Lei nº 7.210/84 (LEP).

Feedback:

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal: volume único. 5 ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

26ª QUESTÃO**Enunciado:**

A entidade filantrópica EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR foi condenada em uma reclamação trabalhista movida por CLEBER, um ex-empregado e, após transitado em julgado e apurado o valor em liquidação, que seguiu todos os trâmites de regência, o juiz homologou o crédito do exequente no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

O entidade filantrópica, ora executada, entende que o valor está em desacordo com a coisa julgada, pois, nas suas contas, o valor devido é bem menor, algo em torno de 50% do que foi homologado e cobrado. A partir do caso hipotético acima, julgue as assertivas abaixo e assinale a afirmativa correta.

- I. O meio de defesa a ser adotado pela entidade filantrópica é a impugnação à sentença de liquidação;
- II. Por ser entidade filantrópica, está dispensada da exigência de garantia do juízo no presente caso.
- III. O prazo para a Entidade EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR adotar o meio de defesa adequado, no presente caso, é de 5 (cinco) dias.

Alternativas:**(alternativa A)**

Somente I é correta.

(alternativa B)

Somente II é correta.

(alternativa C)

Somente I e II são corretas.

(alternativa D) (CORRETA)

Somente II e III são corretas.

(alternativa E)

Somente III é correta.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

I. O meio de defesa a ser adotado pela entidade filantrópica é a impugnação à sentença de liquidação - ERRADA. O meio de defesa a ser adotado pela executada no processo do trabalho é EMBARGOS À EXECUÇÃO, conforme art. 884, *caput* da CLT.

II. Por ser entidade filantrópica, está dispensada da exigência de garantia do juízo no presente caso - CERTA, conforme §6º do art. 884 da CLT.

III. O prazo para a Entidade EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR adotar o meio de defesa adequado, no presente caso, é de 5 (cinco) dias - CERTA, conforme art. 884, *caput*.

Feedback:

SCHIAVI, Mauro. Direito Processual do Trabalho. 19ª Ed., Salvador, Jus Podivm, 2023.

27ª QUESTÃO

Enunciado:

“O Sistema Tributário Nacional, encartado em capítulo próprio da Carta Federal, encampa a expressão “instituições de assistência social e educação” prescrita no art. 150, VI, “c”, cuja conceituação e regime jurídico aplica-se, por analogia, à expressão “entidades beneficentes de assistência social” contida no art. 195, § 7º, à luz da interpretação histórica dos textos das CF/46, CF/67 e CF/69, e das premissas fixadas no verbete da Súmula nº 730. É que até o advento da CF/88 ainda não havia sido cunhado o conceito de “seguridade social”, nos termos em que definidos pelo art. 203, inexistindo distinção clara entre previdência, assistência social e saúde, a partir dos critérios de generalidade e gratuidade.”

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, RE 636941/RS - RIO GRANDE DO SUL, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Julgamento: 13/02/2014, Publicação: 04/04/2014, Órgão julgador: Tribunal Pleno

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal já identificou, na cláusula inscrita no art. 195, §7º, da Constituição da República, a existência de uma típica garantia de imunidade (e não de simples isenção) estabelecida em favor das entidades beneficentes de assistência social.

PORQUE

II. O texto constitucional, em determinadas hipóteses não faz referência expressa ao termo imunidade.

Sobre essas duas afirmativas, é correto afirmar que

Alternativas:
(alternativa A)

A primeira é uma afirmativa falsa; e a segunda, verdadeira.

(alternativa B) (CORRETA)

As duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(alternativa C)

As duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.

(alternativa D)

A primeira é uma afirmativa verdadeira; e a segunda, falsa.

(alternativa E)

As duas são verdadeiras, e a segunda não é justificativa correta da primeira.

Grau de dificuldade: Nível 1

Resposta comentada:

EMENTA: “TRIBUTÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. REPERCUSSÃO GERAL CONEXA. RE 566.622. IMUNIDADE AOS IMPOSTOS. ART. 150, VI, C, CF/88. IMUNIDADE ÀS CONTRIBUIÇÕES. ART. 195, § 7º, CF/88. O PIS É CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL (ART. 239 C/C ART. 195, I, CF/88). A conceituação e o regime jurídico da expressão “instituições de assistência social e educação” (art. 150, VI, c CF/88) aplica-se por analogia à expressão “entidades beneficentes de assistência social” (art. 195, § 7º, CF/88). As limitações constitucionais ao poder de tributar são o conjunto de princípios e imunidades tributárias (art. 146, II, CF/88). A expressão “isenção” utilizada no art. 195, § 7º, CF/88, tem o conteúdo de verdadeira imunidade. O art. 195, § 7º, CF/88, reporta-se à Lei nº 8.212/91, em sua redação original (Ministro Nélson Jobim, pleno, DJ 25/10/2002)”. (RE 636941 / RS - RIO GRANDE DO SUL, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Julgamento: 13/02/2014, Publicação: 04/04/2014, Órgão julgador: Tribunal Pleno).

Segundo leciona Leandro Paulsen, Curso de Direito Tributário Completo. Editora Saraiva, 2023, “O texto constitucional não refere expressamente o termo “imunidade”. Utiliza-se de outras expressões: veda a instituição de tributo, determina a gratuidade de determinados serviços que ensejariam a cobrança de taxa, fala de isenção, de não incidência etc. Mas, em todos esses casos, em se tratando de norma constitucional, impede a tributação, estabelecendo, pois, o que se convencionou denominar de imunidades.”

Feedback:

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. São Paulo: Método, 2012. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2013.

28ª QUESTÃO**Enunciado:**

“Para Durkheim, devem ser compreendidos como coisas, e sobre elas deve incidir uma análise objetiva. Daí serem tomados como dados brutos, não qualificados previamente segundo alguma norma ou mesmo segundo algum juízo de valor. O fato jurídico já seria um fato trabalhado a partir de alguma perspectiva, como a dos vínculos obrigacionais ou das normas jurídicas”. (Mascaro, Alysson. Sociologia do Direito. Editora Atlas, 2021)

Assinale a alternativa que melhor se relaciona ao texto acima:

Alternativas:**(alternativa A)**

Ações políticas

(alternativa B)

leis naturais

(alternativa C)

Poderes constituídos

(alternativa D)

leis positivas

(alternativa E) (CORRETA)

fatos sociais

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

O fato social, segundo Durkheim, consiste em maneiras de agir, de pensar e de sentir que exercem determinada força sobre os indivíduos, obrigando-os a se adaptar às regras da sociedade onde vivem.

Feedback:

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. Sociologia Jurídica. São Paulo: Lumen Juris, 2020. PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2023.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUES, José Rodrigo; Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2018.

29ª QUESTÃO**Enunciado:**

Veja a notícia abaixo, publicada no site de O GLOBO em 05/04/2024:

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU EXIGE SUSPENSÃO DE VENDA DE ARMAS A ISRAEL E MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM CRIMES DE GUERRA

Resolução aprovada com 28 dos 47 votos não tem força para obrigar o cumprimento, mas representa primeira condenação ao país no órgão desde o início da guerra

Agora, assinale a alternativa que indica o princípio de direito internacional público que melhor se relaciona com a notícia acima:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Princípio da descentralização política e soberania dos Estados

(alternativa B)

Princípio do *Pacta Sunt Servanda*

(alternativa C)

Princípio da não utilização da violência ou ameaça contra outros Estados

(alternativa D)

Princípio da não interferência nos assuntos políticos internos de cada Estado

(alternativa E)

Princípio do respeito aos protocolos internacionais

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

O Direito Internacional Público possui, como um de seus grandes princípios fundamentais, o respeito à soberania dos Estados, decorrente da descentralização política que rege a sociedade internacional. Neste sentido, as decisões do Conselho de Direitos Humanos da ONU não possuem um caráter vinculativo, pois isso violaria a soberania dos Estados.

Feedback:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2023.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2024. REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2024.

30ª QUESTÃO**Enunciado:**

Conforme leciona Leandro Paulsen, “O Estado, como instituição indispensável à existência de uma sociedade organizada, depende de recursos para sua manutenção e para a realização dos seus objetivos. (...) A tributação é inerente ao Estado, seja totalitário ou libertário, autoritário ou democrático. Independentemente de o Estado servir de instrumento da sociedade ou servir-se dela, a busca de recursos privados para a manutenção do Estado é uma constante na história.”

Por conta disso, a Constituição Federal atribuí a cada ente político, de forma taxativa, a competência tributária para instituição de seus impostos.

Quanto ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e considerando as normas contidas na Constituição Federal, verifique a veracidade das seguintes afirmativas.

- I. O Imposto sobre a Propriedade Imobiliária (IPTU) é progressivo considerando a renda do contribuinte.
- II. O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- III. O locatário é parte legítima para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU, referente ao imóvel alugado, bem como para repetir o indébito decorrente desse imposto.
- IV. A existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal.
- V. O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, construído ou não, localizado na zona urbana do distrito sede do Município.

São corretas as proposições contidas nos itens, marque a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

I e II.

(alternativa B)

I, II e V.

(alternativa C)

I, III e IV.

(alternativa D) (CORRETA)

II, IV e V.

(alternativa E)

I, III e IV.

Grau de dificuldade: Nível 2

Resposta comentada:

Nos termos do artigo 32 do Código Tributário Nacional, O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. § 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. § 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior. Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor

venal do imóvel. Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade. Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Por fim Súmula 626 do STJ “A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como

Feedback:

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. São Paulo: Método, 2012. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2013.

31ª QUESTÃO**Enunciado:**

A Corte Interamericana de Direitos Humanos faz parte do chamado sistema internacional de proteção de direitos humanos, que representa os membros da Organização dos Estados Americanos e cujo propósito é aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados sobre o tema. A respeito da atuação da referida Corte, considere a situação hipotética: Um Chefe de Estado comete o crime de genocídio contra comunidades indígenas e uma organização não governamental apresenta petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o referido agente público. A partir do exposto, assinale a alternativa que indica corretamente como um juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos deveria proceder frente a este caso, aplicando as regras de competência para julgamento contidas na Convenção Americana:

Alternativas:**(alternativa A)**

O juiz não poderá julgar o caso porque organizações não governamentais não podem apresentar petição perante a Comissão Interamericana.

(alternativa B)

O juiz poderá julgar o caso se a Comissão Interamericana remeter o processo à Corte Interamericana, pois apenas esta última tem função jurisdicional.

(alternativa C) (CORRETA)

O juiz não poderá julgar o caso, uma vez que pessoas físicas não podem ser julgadas perante a Corte Interamericana, apenas Estados.

(alternativa D)

O juiz poderá julgar o caso, uma vez que a Corte Interamericana julga pessoas físicas e Estados.

(alternativa E)

O juiz somente poderá julgar o caso se as vias internas tiverem sido esgotadas, pois se aplica o princípio da subsidiariedade nas cortes internacionais.

Grau de dificuldade: | Nível 3**Resposta comentada:**

O juiz não poderá julgar, uma vez que pessoas físicas não podem ser julgadas perante a Corte Interamericana, apenas Estados. O tribunal internacional que julga pessoas físicas é o TPI.

Feedback:

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo, Saraiva, 2017.

32ª QUESTÃO**Enunciado:**

A sociedade grega criou seus mitos e deuses, mas também elaborou um pensamento filosófico que expressava sua preocupação com a verdade e a ética. Além de Aristóteles, Platão e Sócrates, muitos pensadores merecem ser citados e discutidos, como os sofistas, que:

- I. Criticaram a existência de verdades absolutas, afirmando ser o homem a medida de todas as coisas.
- II. Realistas e pragmáticos, concebem a justiça para além das leis impostas nas cidades.
- III. Ajudaram a consolidar o pensamento conservador grego, reafirmando a importância da mitologia na defesa da universalidade da justiça.

É correto apenas o que se afirma em:

Alternativas:

(alternativa A) (CORRETA)

I

(alternativa B)

III

(alternativa C)

I e III

(alternativa D)

II e III

(alternativa E)

I e II

Grau de dificuldade: Nível 2

Resposta comentada:

No debate sobre a justiça, na Grécia antiga, os filósofos dividiam-se diante da justificativa da universalidade da justiça. Sócrates, Platão e Aristóteles defendem a tese da justiça universal enquanto os sofistas referem-se à justiça como um conjunto de convenções e leis ditadas por cada sociedade e cultura.

Feedback:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

CASTILHO, RICARDO. **Filosofia Geral e Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2023.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2023.

33ª QUESTÃO**Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

“O federalismo foi introduzido no Brasil com a proclamação da República (1889). A maneira mais simples de definir Estado Federal é caracterizá-lo como uma forma de organização e de distribuição do poder estatal em que a existência de um governo central não impede que sejam divididas responsabilidades e competências entre ele e os Estados-membros”. (Ricardo Fernandes)

Agora, com relação ao Federalismo Brasileiro, leia as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a única alternativa correta:

I. A centralização administrativa é uma das principais características do federalismo brasileiro

PORQUE

II. Os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem submissão total à União.

Alternativas:**(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta de I.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta de I.

(alternativa D) (CORRETA)

As asserções I e II são proposições falsas.

(alternativa E)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

A primeira afirmativa está errada porque o Federalismo brasileiro não é centralizado administrativamente. A segunda afirmativa está incorreta porque os entes federativos são dotados de autonomia político-administrativa.

Feedback:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2024.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2024.

34ª QUESTÃO

Enunciado:

O Sindicato dos Servidores do Poder Executivo do Município X impetrou mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar, requerendo a concessão da ordem, de modo a determinar ao Prefeito Municipal que promova a implementação de gratificação em favor dos integrantes do magistério local.

O juízo indeferiu o pedido liminar, sob o fundamento de que a concessão, via tutela de urgência, de vantagens em favor de servidores públicos era vedada em sede de mandado de segurança, por força de disposição legal expressa.

A respeito do caso acima, é correto afirmar que

Alternativas:

(alternativa A)

não assiste razão ao juízo, pois tal vedação, por expressa disposição legal, somente se aplica à União.

(alternativa B) (CORRETA)

não assiste razão ao juízo, pois tal vedação foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(alternativa C)

não assiste razão ao juízo, sendo a liminar cabível, desde que precedida de prévia oitiva do representante judicial da Fazenda Pública.

(alternativa D)

assiste parcial razão ao juízo, pois tal vedação somente se aplica em relação às tutelas de urgência regidas pelo Código de Processo Civil, não se aplicando ao rito especial do mandado de segurança.

(alternativa E)

assiste razão ao juízo, pois existente tal vedação em dispositivo legal.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

Gabarito: “D”

Art. 7º, § 2º: inconstitucional

Esse dispositivo proíbe a concessão de liminar em mandado de segurança para a compensação de créditos tributários, entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior:

Art. 7º (...)

- 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

O STF considerou inconstitucional impedir ou condicionar a concessão de medida liminar, o que caracteriza verdadeiro obstáculo à efetiva prestação jurisdicional e à defesa do direito líquido e certo do impetrante. A Corte concluiu que:

É inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental.

STF. Plenário. ADI 4296/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes julgado em 9/6/2021 (Info 1021).

Atenção! Em virtude dessa decisão do STF, fica superada a Súmula 212 do STJ: Súmula 212-STJ: . (entendimento superado)

Feedback:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único**. 13. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Editora JusPodivm, 2021.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito processual civil contemporâneo: Teoria Geral do Processo**, 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

35ª QUESTÃO**Enunciado:**

As áreas de proteção permanente (APP) são áreas protegidas com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A respeito da temática, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

As áreas de proteção permanente são percentuais do imóvel que podem ser utilizados mediante o devido plano de manejo.

(alternativa B)

A área de proteção permanente tem função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais dos imóveis rurais, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

(alternativa C)

Para que uma área seja estabelecida como de proteção permanente, deverá haver a formalização, pelo Poder Público, por meio de decreto ou outro instrumento normativo equivalente.

(alternativa D) (CORRETA)

A supressão indevida de vegetação em área de proteção permanente obriga o proprietário da área, possuidor ou ocupante, a recompor a vegetação, seja ela nativa ou não, em razão do princípio da função socioambiental da propriedade.

(alternativa E)

A área de proteção permanente pode ser com vegetação nativa ou exótica, mas apenas haverá obrigação, para o proprietário, de preservação/recomposição da área se esta for coberta por vegetação nativa.

Grau de dificuldade: | Nível 1**Resposta comentada:**

Não há necessidade de procedimento formal para a existência de uma área de proteção permanente. A supressão indevida de vegetação em área de proteção permanente obriga o proprietário da área, possuidor ou ocupante, a recompor a vegetação, seja ela nativa ou não, em razão do princípio da função socioambiental da propriedade. Quanto aos itens IV e V, referem-se às áreas de reserva legal, e não de proteção permanente.

Feedback:

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Jus Podvum, 2022.

36ª QUESTÃO**Enunciado:**

J.X. e Y.X. casaram-se em regime de comunhão parcial de bens; contudo, há mais de 06 (seis) anos, estão separados de fato. Em 21 de maio de 2012, faleceu F.X., irmão de J.X., sendo aberto o inventário por J.X. e seu outro irmão L.X., únicos herdeiros legítimos do *de cujus*. Aberto o inventário, Y.X. requereu ingresso no inventário como meeira dos bens de J.X. havidos após o casamento. Avaliando a situação jurídica apresentada, considere as afirmações abaixo.

- I. A preservação da comunhão patrimonial somente seria cabível mediante prova de que Y.X. não está incurso nas hipóteses de indignidade ou de quebra dos deveres conjugais.
- II. Não tendo sido dissolvida, de forma plena, no plano jurídico, a relação matrimonial, Y.X. tem direito à metade do quinhão hereditário.
- III. Estando separados de fato, a inclusão de Y.X. no inventário representaria enriquecimento sem causa, na medida em que não houve colaboração para a formação do patrimônio adquirido individualmente.

Quais estão corretas?

Alternativas:**(alternativa A)**

Apenas I.

(alternativa B)

Apenas II.

(alternativa C) (CORRETA)

Apenas III.

(alternativa D)

Apenas II e III.

(alternativa E)

Apenas I e II.

Grau de dificuldade: | Nível 3

Resposta comentada:

Prevê o artigo 1.830 do Código Civil que somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos.

Feedback:

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 6. ed 12. Rio de Janeiro: Forense / Gen. 2021

37ª QUESTÃO**Enunciado:**

Segundo estudos recentes, pouco mais de 25% dos presos do Centro de Detenção Provisória (CDP), de Pinheiros I, na zona oeste da capital paulista, havia morado nas ruas. Isso mostra que, há alguns anos, é possível perceber uma progressiva mudança da população carcerária dos CDPs de São Paulo: além da tradicional parcela de acusados e condenados por crimes patrimoniais com emprego de violência ou por tráfico de drogas, passou a integrar o quadro prisional uma parcela da população sem histórico de violência, habitante, majoritariamente, das ruas do centro da cidade. Nos últimos três anos, o número de presos provenientes das ruas da região central da capital paulista aumentou significativamente; a maioria deles é presa pela prática de pequenos furtos e/ou porte de drogas. Os casos são, em geral, similares: pessoas dependentes de crack que vivem nas ruas e são flagradas furtando lojas ou tentando roubar transeuntes, sem o uso de armas. Como são crimes leves, os acusados poderiam aguardar a conclusão do inquérito em liberdade.

Disponível em: <<http://ibccrim.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2024 (adaptado).

Tendo este texto como referência e considerando a relação entre políticas públicas de segurança e a realidade social nas metrópoles brasileiras, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. A presença de policiais nas ruas das grandes cidades brasileiras atende, em geral, à solicitação de lojistas, que constantemente se queixam da presença de moradores de rua dependentes de crack.

PORQUE

II. O encarceramento de moradores de rua viciados em crack que praticam pequenos delitos não resolve os problemas que afetam a população, como os de segurança, violência, saúde, educação e moradia. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C) (CORRETA)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta de I.

(alternativa D)

As asserções I e II são proposições falsas.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta de I.

Grau de dificuldade: Nível 2

Resposta comentada:

Apesar de estarem formalmente corretas, não há relação de justificativa entre a primeira e a segunda asserções, que são, desta forma, independente entre si mesmas.

Feedback:

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2023.

PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2024.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Roberto Moraes. **Psicologia Jurídica: Perspectivas Teóricas e Processos de Intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009.

38ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o texto abaixo:

“As mudanças ocorridas no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro a partir de 1988 alteraram radicalmente a relação que havia entre os controles concentrado e difuso. A ampliação do direito de propositura da ação direta e a criação da ação declaratória de constitucionalidade vieram a reforçar o controle concentrado em detrimento do difuso. Não obstante, subsistiu um espaço residual expressivo para o controle difuso relativo às matérias não suscetíveis de exame no controle concentrado, tais como interpretação direta de cláusulas constitucionais sobre normas revogadas, controle de constitucionalidade do direito municipal em face da Constituição. É exatamente esse espaço, imune à aplicação da ADI, por exemplo, que é responsável pela repetição de processos, pela demora na definição das decisões sobre importantes controvérsias constitucionais e pelo fenômeno social e jurídico da chamada ‘guerra de liminares’”.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2022 – adaptada

Sobre o controle concentrado-abstrato de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é instrumento de controle concentrado- abstrato e possui, em regra, efeitos *erga omnes*, vinculante e *ex tunc*.

(alternativa B)

A Ação Declaratória de Constitucionalidade é instrumento de controle concentrado-abstrato e possui, em regra, efeitos *inter partes* e *ex tunc*.

(alternativa C)

O Recurso Extraordinário é o instrumento por excelência do controle concentrado-abstrato e possui, em regra, os efeitos *ultra partes* e *ex tunc*.

(alternativa D)

O Mandado de Segurança é instrumento de controle concentrado-abstrato e possui, em regra, efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.

(alternativa E)

A Ação Direta de Inconstitucionalidade é instrumento de controle concentrado-abstrato e possui, em regra, os efeitos *inter partes* e *ex tunc*.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

Gabarito comentado:

Os instrumentos de controle concentrado-abstrato são: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva. Mandado de Segurança e Recurso Extraordinário são instrumentos utilizados no controle difuso de constitucionalidade e não concentrado. As ações de controle concentrado-abstrato de constitucionalidade possuem os efeitos *erga omnes*, vinculante e *ex tunc*.

Feedback:

Referências: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2022.

39ª QUESTÃO**Enunciado:**

“A década de 1860 se caracterizou por um intenso embate entre pensadores degradacionistas, que concebiam o degradacionismo humano, e evolucionistas, que acreditavam numa escalada ascendente e progressiva de desenvolvimento humano. Neste sentido, o evolucionismo teve impacto imediato na antropologia, partindo da inspiração que esta emergente corrente de pensamento teve na biologia, a partir da obra de Charles Darwin, e na filosofia, com Herbert Spencer. Auxiliou na resposta à questão de como se poderia compreender a enorme diversidade cultural humana, de modo que as diferenças culturais passariam a ser reduzidas a estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo, incorporando uma metodologia dita comparativa” (Gilvan Toledo)

O evolucionismo foi um dos conceitos centrais da análise nos estudos antropológicos. Sobre esse conceito, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

Só existe nas civilizações ocidentais, orientadas para fins e valores de mercado; tais costumes evolucionistas são definidos pelo investigador, não sendo situados lado a lado, de modo horizontal.

(alternativa B)

Para os evolucionistas, é o contexto que vai permitir situar cada costume como uma ilustração crítica de momentos ou estágios socioculturais específicos, não afetando, contudo, a preponderância dos valores tradicionais.

(alternativa C)

As sociedades contemporâneas, como um todo, são homogêneas culturalmente, e, por isso, os fundamentos teóricos do evolucionismo podem ser rejeitados.

(alternativa D)

O fato de que a cultura pode ser reificada no tempo e no espaço (por meio de sua projeção e materialização em objetos), o evolucionismo pode sobreviver à sociedade que a atualiza em um conjunto de práticas concretas e visíveis.

(alternativa E) (CORRETA)

O evolucionismo considera que os costumes têm uma substância comum, uma individualidade e, evidentemente, um fim. Mas o fim não é jamais discutido pelos teóricos do século XIX, porque é sempre encarado como a encarnação da sociedade branca, tecnológica e europeia onde viviam esses pesquisadores.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

Para a teoria evolucionista, os costumes têm uma substância comum, uma individualidade e, evidentemente, um fim. Porém, o fim não é jamais discutido pelos teóricos do século XIX, porque é sempre encarado como a encarnação da sociedade branca, tecnológica e europeia onde viviam esses pesquisadores.

Feedback:

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. Sociologia Jurídica. São Paulo: Lumen Juris, 2020. PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2023.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUES, José Rodrigo; Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2018.

40ª QUESTÃO**Enunciado:**

A validade da norma significa sua identificação como compatível ao sistema jurídico que integra. O descumprimento das regras de validade importará ao reconhecimento da inconstitucionalidade ou ilegalidade da norma estabelecida. Mas a norma jurídica poderá perder a sua vigência. A norma perde vigência mediante a revogação, pelo surgimento de outra norma. No que se refere a revogação da norma jurídica, há as seguintes possibilidades:

- I. Total, também chamada de ab-rogação e tácita, também chamada de Aberratio.
- II. Total, também chamada de ab-rogação e Parcial, chamada de derrogação.
- III. Expressa ou tácita.
- IV. Expressa, chamada de ab-rogação e tácita, chamada de derrogação. Está (ão) correta (s):

Está (ão) correta (s):

Alternativas:**(alternativa A)**

Apenas opções I e IV estão corretas.

(alternativa B) (CORRETA)

Apenas opções II e III estão corretas.

(alternativa C)

Apenas opções III e IV estão corretas.

(alternativa D)

Apenas opções I e II estão corretas.

(alternativa E)

Apenas opções II e IV estão corretas.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

Cessaçãõ da vigência - A lei perde vigência mediante a revogaçãõ, pelo surgimento de outra lei, que pode ser assim classificada: a) *Revogaçãõ Total ou Ab-Rogaçãõ* e b) *Revogaçãõ Parcial ou Derrogaçãõ*. As duas formas de revogaçãõ podem ser ainda de forma *expressa* ou *tácita*. Ab- rogaçãõ: Supressãõ total da norma anterior; Derrogaçãõ: Torna sem efeito parte da lei; Expressa: Quando o legislador declara extinta a lei velha; Tácita: Quando houver incompatibilidade entre a lei velha e a nova.

Feedback:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introduçãõ à ciênciã do direito**. 28ª Sãõ Paulo: Saraiva, 2023.

41ª QUESTÃO**Enunciado:**

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) fiscaliza pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

No dia 01/10/2023, a União Federal cria a sociedade de Economia Mista DESENVOLVE-BRASIL SA. A Lei que autorizou a criação prevê a instituição de 2.000 cargos de agentes públicos estatutários cujo vínculo é com a Administração Pública Direta, regidos pela Lei 8.112/90 com previsão no Orçamento da União Federal para as respectivas despesas de pessoal. A DESENVOLVE-BRASIL SA exerce atividade bancária. Seu ato constitutivo visa a fomentar atividade econômica em crise via a captação de recursos privados.

Tendo-se em vista as regras de atuação do SBDC e a criação da DESENVOLVE-BRASIL SA, marque a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

a criação da DESENVOLVE-BRASIL SA visa a garantir o desenvolvimento nacional via liberdade da atividade econômica e combate à concorrência desleal, sendo incorporada ao SBDC.

(alternativa B)

a constituição da DESENVOLVE-BRASIL SA visa a monopolizar o mercado bancário para a proteção da concorrência.

(alternativa C) (CORRETA)

o regime de pessoal da DESENVOLVE-BRASIL SA estabelece privilégio ao Estado não extensível à iniciativa privada, o que é vedado por exercer atividade econômica; cabe a intervenção do SBDC.

(alternativa D)

por exercer atividade econômica pelo Estado, a DESENVOLVE-BRASIL SA deveria ter sido constituída sob a forma de Empresa Pública juntamente com o SBDC.

(alternativa E)

a criação da DESENVOLVE-BRASIL SA visa a resguardar a proteção ao consumidor exercida pelo SBDC, ao somar capital público com o privado via a qualidade estatutária do regime de pessoal.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

O regime de pessoal da DESENVOLVE-BRASIL SA estabelece privilégio ao Estado não extensível à iniciativa privada, o que é vedado por exercer atividade econômica nos termos do artigo 173 da Constituição. Cabe a intervenção do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência para evitar que medidas práticas se tornem privilégios aptos a embaralhar a atividade econômica de particulares.

Feedback:

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito econômico. 10. Rio de Janeiro Forense 2019.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito econômico. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2015.

SQUIZZATO, Ana Carolina. Direito financeiro e econômico. São Paulo: Método.

42ª QUESTÃO**Enunciado:**

João Mario recebeu de seu tio, em 2020, a posse de um automóvel de alto valor para facilitar seu transporte até a faculdade. Em 2021, seu tio resolveu realizar, em favor de João Mario, a doação do automóvel, sob condição suspensiva, por escritura pública. O evento previsto na condição era o de que João Mario se formasse na faculdade até o fim do ano de 2021. Contudo, ela abandona a faculdade, escoando o ano de 2021 sem que se formasse.

Diante dessa hipótese e considerando o disposto no Código Tributário Nacional, marque a alternativa correta.

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Não é devido o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), pois a doação não se tornou perfeita e acabada em virtude da ausência do implemento do evento previsto na condição.

(alternativa B)

É devido é o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) na data de efetiva lavratura da escritura pública de doação.

(alternativa C)

Não é devido o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), por se tratar de doação de bem móvel.

(alternativa D)

Não é devido o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), por se tratar de fato gerador do Imposto sobre a propriedade de veículo automotor.

(alternativa E)

É devido é o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) na data de efetiva transferência da posse do automóvel.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

Trata-se de condição suspensiva e conforme disposto no artigo 117, para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados: I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento; II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Feedback:

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. São Paulo: Método, 2012. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2013.

43ª QUESTÃO**Enunciado:**

A sociedade empresária ALFA possui cerca de 100 funcionários e, em razão de mudança na gestão, decidiu realizar algumas dispensas. Ocorre que alguns dos funcionários indicados para a dispensa são detentores de garantias no emprego, sendo uma em decorrência de gestação; outra por ser dirigente sindical; outro por ser membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) eleito pelos empregados. Além desses casos existe um quarto funcionário, que informou não poder ser dispensado por também ser membro da CIPA, indicado pelo próprio empregador.

Diante disso, a empresa ALFA consultou você, como advogado(a), para saber os períodos e as possibilidades de dispensa. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

Todas as modalidades de estabilidade ou garantia de emprego possuem a mesma duração.

(alternativa B)

Os empregados representantes da CIPA, seja o eleito pelos empregados, seja o indicado como representante do empregador, têm garantia no emprego até um ano após o término do mandato.

(alternativa C) (CORRETA)

A estabilidade gestante dá-se da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto; a do membro da CIPA eleito pelos empregados, dá-se do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, assim como a do dirigente sindical.

(alternativa D)

O empregado integrante da CIPA, indicado pelo empregador, e o dirigente sindical possuem estabilidade provisória no emprego até 1 (um) ano após o término do mandato.

(alternativa E)

O conhecimento por parte do empregador do estado gravídico da empregada gestante é requisito para o reconhecimento da estabilidade.

Grau de dificuldade: Nível 2

Resposta comentada:

Resposta correta: *A estabilidade gestante dá-se da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto; a do membro da CIPA eleito pelos empregados, dá-se do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, assim como a do dirigente sindical.*

Em relação à Gestante, a previsão legal está no art. 391-A da CLT, bem como ao art. 10, inciso II, alínea “b”, do ADCT.

Sobre o dirigente sindical, possui estabilidade desde o registro da candidatura até 1 ano após o término do mandato, conforme art. 543, § 3º, da CLT

No que tange aos membros da CIPA, somente os ELEITOS pelos empregados possuem estabilidade. Os indicados / nomeados como representantes do empregador não possuem estabilidade, com fulcro nos arts. 165 da CLT e art. 10, inciso II, alínea “a”, do ADCT.

Feedback:

Questão adaptada da OAB - FGV (2023)

44ª QUESTÃO**Enunciado:**

No dia 01/02/2024, o Ministério Público Federal ajuíza ação por improbidade administrativa em face de Kaio Tício, servidor público do Poder Executivo estadual. Argumenta que o demandado praticou ato qualificado por improbidade ao executar verbas federais para programa de capacitação de adolescentes em dada área técnica. Sustenta que, na execução do contrato administrativo, não foram ponderados currículos de professores de outras regiões. Em resposta, o servidor reconhece a capacitação dos professores e informa que os currículos objeto da demanda foram apresentados fora do prazo previsto no edital, bem como que os contratados possuem as mesmas formações. Em alegações finais, o Ministério Público reitera o pedido de condenação nos termos do artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa. Argumenta que houve lesão contra os princípios da Administração Pública. Examinado-se o presente caso, podemos dizer que

I. não está caracterizada prática de improbidade administrativa

PORQUE

II. não há ação ou omissão dolosa por parte de Kaio Tício.

Alternativas:**(alternativa A)**

Apenas a primeira premissa é verdadeira, sendo o fundamento da segunda premissa.

(alternativa B)

Apenas a segunda premissa é verdadeira, sendo o fundamento da primeira premissa.

(alternativa C) (CORRETA)

Ambas as premissas estão corretas, sendo a segunda o fundamento da primeira.

(alternativa D)

Ambas as premissas são falsas, não havendo relação entre elas.

(alternativa E)

Ambas as premissas são falsas, mesmo sendo a segunda o fundamento da primeira premissa.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

No presente caso não há incidência de dano ao erário nem enriquecimento ilícito por parte do agente público. O caso narra mera irregularidade não passível de previsão pela Administração Pública, que não pode ser confundida com ilegalidade.

A partir da Lei 14.230/2021, para a caracterização de improbidade administrativa, é necessária demonstração de dolo, o que não ocorreu no caso em exame. Logo, ambas as premissas são verdadeiras, sendo a segunda o fundamento da primeira.

Feedback:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**, 38ª ed. São Paulo: Atlas, 2024

45ª QUESTÃO**Enunciado:**

A Constituição de 1988 contempla que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem a propriedade como um de seus fundamentos. O direito à propriedade, contudo, não é absoluto, sendo ponderado por princípios e regras constantes na própria Carta Magna.

Quanto à colisão do direito à propriedade com a livre iniciativa, merece ênfase a proteção ao meio ambiente, que exige o respeito à legislação ambiental.

Em relação à propriedade e à livre iniciativa como direitos fundamentais e a colisão com os demais princípios que regem o Direito Econômico, é correto afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

a propriedade pode ser empregada para exercer atividade econômica, mas deve cumprir sua função social e se adequar a demais princípios e regras, a exemplo da defesa do meio ambiente e da defesa do consumidor.

(alternativa B)

apesar da existência de outros princípios de status constitucional, a propriedade, por ser direito fundamental, é absoluta;

(alternativa C)

a previsão constitucional de complexo principiológico diverso da livre iniciativa determina a estatização das principais atividades econômicas, a exemplo da atividade bancária exercida por entes que pertencem à Administração Pública, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal;

(alternativa D)

por força da previsão constitucional da propriedade, apenas lei complementar pode criar exceções à atividade econômica exercida pelos particulares.

(alternativa E)

a previsão de diversos princípios que restringem a propriedade e a livre iniciativa decorre da adoção da socialização do capital e da propriedade pela Constituição de 1988;

Grau de dificuldade: Nível 2

Resposta comentada:

A Constituição, no artigo 5º, inciso XX, garante o direito de propriedade, mas (no inciso XXIII) condiciona o exercício ao cumprimento da função social. Por outro lado, o artigo 170, *caput*, da CRFB/88, firma que a “ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...]”. Nota-se, portanto, que o Estado adotou a livre iniciativa pautada na propriedade privada dos meios de produção, registrando, no artigo 173, que apenas excepcionalmente será exercido pelo Poder Público. Cabe, portanto, à iniciativa privada exercer atividades econômicas. Contudo, a atividade econômica via propriedade privada submete-se a demais princípios e regras que a adequam ao regime do Estado de Direito, com ênfase para a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a defesa do consumidor e à função social da propriedade.

Feedback:

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito econômico. 10. Rio de Janeiro Forense 2019.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito econômico. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2015.

SQUIZZATO, Ana Carolina. Direito financeiro e econômico. São Paulo: Método.

46ª QUESTÃO**Enunciado:**

No dia 8 de janeiro de 2023, Alecrim Dourado de Moreira Bragança foi a um salão de beleza fazer manicure, dizendo que precisava se preparar para um grande evento. Foi atendido por Neide, mulher negra, que começou a trabalhar naquele estabelecimento na mesma semana. Alecrim Dourado de Moreira Bragança solicitou à gerente do salão de beleza que não fosse atendido pela nova funcionária. Ao ser questionado dos motivos, disse em alto tom, encarando Neide, que tinha nojo de pessoas que pareciam macacas. Neide ao ouvir a fala do Sr. Alecrim Dourado de Moreira Bragança, chamou a polícia. Nesta situação, ocorreu algum crime?

Alternativas:**(alternativa A)**

Sim, o crime constitui apenas a injúria simples prevista no Código Penal, que se procede mediante ação penal privada.

(alternativa B) (CORRETA)

Sim, injúria racial, prevista na Lei nº 7.716/1989 – Lei de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, que se procede mediante ação penal pública incondicionada.

(alternativa C)

Sim, injúria preconceituosa prevista no Código Penal, que se procede mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

(alternativa D)

Sim, difamação prevista no art. 139 do Código Penal, que se procede mediante ação penal privada.

(alternativa E)

Sim, racismo previsto na Lei nº 7.716/1989 – Lei de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, que se procede mediante ação penal pública incondicionada.

Grau de dificuldade: | Nível 3**Resposta comentada:**

Trata-se de crime de injúria racial prevista no art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989 – Lei de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, tendo em vista a violação da honra subjetiva da vítima através de ofensa relacionada com sua raça/cor.

FONTE: Prova: FGV - 2023 - DPE-RJ - Defensor Público - ADAPTADA

Feedback:

GRECO. Rogério. Curso de direito penal, vol 2: artigos 121 ao 212 do Código Penal. 21ª ed. rev. atual. reform. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.

47ª QUESTÃO

Enunciado:

Leia o seguinte trecho:

“O preceito constitucional (art. 5º, XI) consagra a inviolabilidade do domicílio, direito fundamental enraizado mundialmente, a partir de tradições inglesas, conforme verificamos no discurso de Lord Chatham no Parlamento britânico: ‘O homem mais pobre desafia em sua casa todas as forças da Coroa, sua cabana pode ser muito frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar entre as portas mal ajustadas, a tormenta pode nela penetrar, mas o Rei da Inglaterra não pode nela entrar’. A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, que não podem ceder – salvo excepcionalmente – à persecução penal ou tributária do Estado”.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2022, pg. 78

Sobre o tema, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. No caso de crime permanente, a entrada na casa não depende de autorização judicial. Todavia, conforme entendeu o STF, é preciso existir elementos que justifiquem a suspeita de flagrante, não bastando a mera constatação de flagrante posterior à entrada forçada no domicílio.

PORQUE

II. A entrada na casa de alguém depende, em regra, de autorização, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. O consentimento para entrada no domicílio só poderá ser dado pelo proprietário e não pelo morador, visto que o último não detém os poderes dominiais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

Alternativas:
(alternativa A)

A asserção II é uma proposição verdadeira, e a I é uma proposição falsa.

(alternativa B)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa C)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa D) (CORRETA)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Grau de dificuldade:	Nível 3
-----------------------------	---------

Resposta comentada:

Seguem comentários das asserções:

– Correto, pois entendeu o STF que: “a entrada na casa, a pretexto de flagrante de crime, depende da demonstração de “fundadas razões”. Não necessita, nesses casos, de autorização judicial.

– Errado. O consentimento para entrada no domicílio só poderá ser dado pelo morador, e não o proprietário ou empregado da casa. Isso porque a inviolabilidade do domicílio protege o espaço do morador e não se relaciona aos poderes dominiais.

Logo, a asserção I é uma proposição verdadeira, e II é uma proposição falsa.

Feedback:

Referências: MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2022, pg. 78.

48ª QUESTÃO**Enunciado:**

Considere este dispositivo constitucional:

Art. 37, § 6º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Analise a seguinte sentença que contém duas asserções:

I. Caso um agente público, nessa qualidade, cause dolosamente dano a terceiro, o Estado responderá, mas o fundamento da responsabilidade civil do Estado não será o art. 37, § 6º, da Constituição Federal,

PORQUE

II. o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, trata da responsabilidade objetiva do Estado.

É CORRETO afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A)**

as duas asserções estão corretas e a segunda justifica a primeira.

(alternativa B) (CORRETA)

a primeira asserção está incorreta e a segunda está correta.

(alternativa C)

as duas asserções estão corretas e a segunda não justifica a primeira.

(alternativa D)

a primeira asserção está correta e a segunda está incorreta.

(alternativa E)

as duas asserções estão incorretas.

Grau de dificuldade: | Nível 3

Resposta comentada:

A primeira asserção está errada. As pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos deverão responder, de forma objetiva, pelos danos que causarem a terceiros. O mencionado artigo da CF trata da responsabilidade objetiva do Estado.

Feedback:

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: GEN, 2019

49ª QUESTÃO

Enunciado:

“[...] as micro e pequenas empresas individualmente consideradas são mais frágeis e vulneráveis a eventuais crises econômicas, ao contrário das empresas de médio e grande porte, cuja robustez não apenas lhes dá grande vantagem competitiva, como também favorece sua capacidade de absorver e dispersar eventuais prejuízos. Não à toa, portanto, o ordenamento jurídico brasileiro contém uma série de tratamentos diferenciados para proteger e beneficiar as micro e pequenas empresas, como, por exemplo, a previsão de tratamento tributário diferenciado para estas e a criação de um regime de recuperação judicial específico às suas necessidades”. (ARAKE, Henrique; ALCOFORADO, Luís Roberto. A recuperação judicial especial é mais vantajosa do que a recuperação judicial ordinária? Uma análise à luz da Teoria dos Jogos. Revista Direito GV, São Paulo, v. 17, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202144>. Acesso em 5 abr. 2024).

O texto acima destacado faz referência ao Plano Especial de Recuperação Judicial para as microempresas e empresas de pequeno porte. Sobre esse tema, **analise as alternativas abaixo e assinale a alternativa incorreta:**

Alternativas:

(alternativa A)

A concessão da recuperação judicial requerida com base em plano especial não depende de deliberação da Assembleia Geral de Credores, cabendo ao juiz.

(alternativa B) (CORRETA)

Embora possuam participação no procedimento de recuperação judicial com base em plano especial, os credores não podem apresentar objeções ao plano.

(alternativa C)

As microempresas e empresas de pequeno porte podem optar pela recuperação judicial com base em plano especial ou pela recuperação judicial comum;

(alternativa D)

Uma característica do plano especial de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte é o fato de ter suas condições pré-determinadas pela lei.

(alternativa E)

O plano especial de recuperação judicial prevê parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

Nos termos do art. 70, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, a recuperação com base em plano especial para as microempresas e empresas de pequeno porte é uma opção/faculdade das mesmas, a qual deve ser exercida na petição inicial do pedido de recuperação judicial, que deve mencionar a opção pelo plano especial ou pelo plano tradicional de recuperação judicial. Por sua vez, o art. 71, II, da mesma lei traz como condição que o plano especial de recuperação judicial: “II - preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas;”.

Já o art. 72 da LFRE prevê uma característica importante do pedido de recuperação judicial com base em plano especial para ME e EPP: a sua concessão não depende de deliberação da AGC, cabendo ao juiz apenas: “ Caso o devedor de que trata o art. 70 desta Lei opte pelo pedido de recuperação judicial com base no plano especial disciplinado nesta Seção, não será convocada assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano, e o juiz concederá a recuperação judicial se atendidas as demais exigências desta Lei”. Importante: isso não significa que os credores não possuem nenhuma participação nesse procedimento. A eles é dada a oportunidade de fazer as respectivas objeções ao plano. A questão é que a decisão sobre a aprovação do plano e consequente concessão da recuperação judicial será tomada pelo juiz, e não pela assembleia-geral.

Feedback:

ARAKE, Henrique; ALCOFORADO, Luís Roberto. A recuperação judicial especial é mais vantajosa do que a recuperação judicial ordinária? Uma análise à luz da Teoria dos Jogos. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 17, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202144>. Acesso em 5 abr. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm. Acesso em: 08 abr.2024.

BRASIL. Lei n. 14.112, de 24 de dezembro de 2020. Altera as Leis n os 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14112.htm. Acesso em: 08 abr. 2024.

50ª QUESTÃO

Enunciado:

“A eficiência do Direito Penal não pode ser mensurada pelo número de condenações ou de pessoas presas. Basta o poder, a força bruta despida de legitimidade, para impor sofrimento e privar a liberdade. O Direito Penal só pode ser tido como eficiente à medida que suas normas são respeitadas e seu objetivo é alcançado, ou ao menos maximizado. Possível concluir que não é eficiente um Direito Penal que descumpra ou minimiza princípios constitucionais penais como a legalidade ou a culpabilidade, tampouco o que incrementa violência na sociedade, ou que é inadequado para a prometida tutela subsidiária de bens jurídicos”.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. Manual de Direito Penal - Parte Geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2024, p. 17

Considerando a matéria de princípios gerais do direito penal brasileiro, julgue as asserções abaixo e a relação entre elas.

I. O princípio da insignificância exclui o crime, se verificados os requisitos estabelecidos pelo STF para seu reconhecimento. Em razão disso aquele que pretendendo obter um jornal impresso, O Globo, utiliza emprego de uma faca contra um operário que cuida da sua impressão na Empresa, não será punido por configuração do referido princípio no caso.

PORQUE

II. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a aplicação do princípio da insignificância exige a satisfação, de forma concomitante, de certos requisitos, quais sejam, conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva.

Considerando a matéria de princípios gerais do direito penal brasileiro, julgue as asserções abaixo e a relação entre elas.

Alternativas:

(alternativa A)

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C) (CORRETA)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(alternativa D)

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Grau de dificuldade: | Nível 2

Resposta comentada:

A asserção I está errada, tendo em vista que o caso hipotético mencionado não cumpre os requisitos estabelecidos pelo STF para aplicação do princípio da insignificância, considerando que a ação do sujeito é revestida de periculosidade social, em razão do uso de grave ameaça com faca para obtenção do jornal. A asserção II está correta, tendo em vista ter citado todos os 04 requisitos estabelecidos pela jurisprudência do STF para aplicação do princípio: conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva.

Feedback:

GRECO. Rogério. Curso de direito penal, vol. 1: artigos 1º ao 120 do Código Penal. 26ª ed. rev. atual. reform. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.